

Os Uniformes Militares Portugueses na Regeneração

1851-1892

Sérgio Veludo Coelho¹

A historiografia militar em Portugal careceu durante muitos anos da abordagem científica das características que envolvem o complexo mundo dos uniformes militares. Estes passam para além da simples análise da forma, da cor e da simbologia, entram indubitavelmente na área das ciências sociais, no momento em que se começa a abordar a relação dinâmica homem/uniforme/arma.

Capítulo 1. Contexto Geral

A uniformologia tornou-se uma ciência auxiliar da História Militar e da História em geral, dotada desde cedo com metodologias apropriadas e com extensas componentes materiais e humanas. O uniforme, no seu sentido mais lato, surge a par com o nascimento, a partir de meados do século XVII, dos regimes do despotismo esclarecido e com o estabelecimento do centralismo estatal. Mesmo os eternos mercenários, que um pouco por toda a Europa vendiam os seus talentos na espada, na alabarda e no mosquete, tiveram que abandonar a sua liberdade vestimentária, para se submeterem às regras da uniformidade, como sucedeu com a guarda suíça dos reis de França e do Papa. O colorido individualista, que caracterizava o soldado europeu desde a queda do Império Romano do Ocidente até às guerras do Renascimento, deu lugar a uma gradual uniformização, que evoluía a par com a arte e o engenho mortífero da guerra, sobretudo com o advento da pólvora e das armas de fogo. A uniformização foi inicialmente imposta a nível regimental, com particular incidência nos fins do século XVII e durante todo o século XVIII, continuando a subsistir um xadrez assaz colorido nos campos de batalha daqueles tempos, mas denotando uma uniformidade organizada e obrigatoriamente visível através dos densos lençóis do fumo da pólvora negra.

O decorrer do século XIX iria finalmente fazer com que os exércitos se uniformisassem no seu todo, à excepção de alguns corpos de elite e das guardas reais e presidenciais.

Embora se possa falar de uma *moda* do vestuário militar, ditada geralmente pelas grandes potências e não poucas vezes adoptada pelos exércitos de pequenos países que pela aparência nela se reviam, isso não obstava a que a eficiência em combate desses pequenos exércitos, por vezes

¹ Doutor em História. Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

exuberantes mas mal armados e treinados, deixasse muito a desejar nos campos de batalha, criando uma diferença prática entre a aparência e a realidade.

Em termos uniformológicos, as forças armadas portuguesas não fugiram à regra das suas congéneres europeias, embora com as condicionantes ditadas pela periferia geográfica, económica e cultural de Portugal, aliadas a uma endémica vida política mal gerida.

Capítulo 2. Breve Panorâmica sobre o séc. XVIII

As primeiras referências concretas a uma unidade vestimentária nas forças armadas portuguesas surgem em 1740, na obra *A Milícia Prática* de Bento Coelho, já com a representação gráfica dos fardamentos. No entanto, estes apresentavam um estilo muito aproximado às modas militares francesas, com origem nas reestruturações levadas a cabo no período de Luís XIV e demonstrando a influência que a França tinha na corte portuguesa de D. João V, ele também um déspota esclarecido. Se um regime político servia de modelo, era normal seguir-se-lhe a estrutura militar, tanto na aparência como nos equipamentos e tácticas de combate, conceito que nos acompanhará ao longo deste texto e perfeitamente adaptável à realidade militar portuguesa do século XVIII até à guerra colonial de 1961-1974.

Com a crescente ameaça espanhola e no contexto da Guerra dos Sete Anos, o Exército, que havia chegado a um estado lamentável de desleixo e abandono por parte dos poderes políticos e militares, viu-se obrigado, na década de 1760, a um esforço de reorganização rápida, pressionada pelas incursões espanholas em território português. Apesar de uma primeira tentativa de regulamentação de fardamentos em 1762, que pela primeira vez apresentou uma série de gravuras coloridas, permitindo a visualização dos uniformes, vai ser em 1764, com o comando e organização do Exército entregues ao Conde de Lippe, que os uniformes vão ser devidamente regulamentados, tanto em termos teóricos como gráficos. Na verdade, os decretos de 1764 vão-se tornar no primeiro plano de uniformes do Exército Português, com um elevado índice de uniformidade, demonstrado pela adopção de uma cor base para as casacas de abas, o azul ferrete. As diferenciações regimentais surgiam nas cores dos canhões das mangas, golas, forros e, até 1800, pelas cores das véstias e pantalonas. Sem dúvida que se fosse possível, hoje, ver uma divisão de infantaria uniformizada pelo plano de 1764, alinhada num campo de batalha, ser-nos-ia fácil constatar que, apesar das referidas cores regimentais, distribuídas por várias peças de vestuário e peças de adorno, a mancha cromática dominante seria o azul ferrete regulamentar. Isto não excluía que existissem regimentos com cores individualizadas, tais como unidades de emigrados do pós - Revolução Francesa ou mercenários Suíços que chegaram a estar ao serviço de D. José e D.^a Maria I, trajando-se aqueles com casacas

vermelhas, mais uma vez à semelhança dos *Cent Suisses* da corte francesa, ou ainda certos regimentos destacados para as colónias e cujos uniformes chegaram a ser castanhos ou verdes. Com a administração de Lippe, o Exército Português tornou-se numa máquina de guerra eficiente e bem uniformizada, com a forte influência prussiana do seu mentor, capaz de dissuadir os arremedos expansionistas da coroa espanhola. Apesar do afastamento do Conde de Lippe causado pelo omnipresente despeito de muitos oficiais, provenientes de uma larga parte de uma aristocracia amorfa e medíocre, mas hábil em intrigas palacianas e ministeriais, o mote cromático estava estabelecido - o Exército Português ir-se-ia fardar de azul ferrete até 1908, altura em que adoptou o cinzento como cor de campanha. Após Lippe, as estruturas militares voltaram a um pronunciado declínio, tristemente demonstrado na Guerra das Laranjas de 1801, em que se impôs ao Exército o comando do idoso e incapaz Duque de Lafões, inábil em levar as tropas a conter as arremetidas das tropas espanholas do valido Godoy.

Capítulo 3. O período da Guerra Peninsular

Em 1806 foi decretado novo plano de uniformes, perfeitamente adaptado às modas militares da Europa e em que o obsoleto tricórnio, a véstia e a velha pantalona pelo joelho foram substituídos pela barretina e por um fardamento mais simples e sóbrio, composto pela casaca de abas azul ferrete, agora a fechar pela cintura, e as calças, divididas em modelo de Inverno e modelo de Verão. O primeiro tipo de calça, em lã azul ferrete, apertava pelo tornozelo e complementava-se com polainas de pano grosso preto sobre a calça e o sapato. O segundo tipo era confeccionado em linho branco ou alvadio, e o seu recorte era invulgar, já que era rematada na sua parte inferior por uma pala semelhante a uma polaina que apertava entre o tacão e a sola do sapato. Os regimentos de linha eram agora diferenciados, somente, pela combinação cromática das golas, dos canhões das mangas e dos forros das casacas. A nível do regimento as companhias de atiradores, fuzileiros e granadeiros passaram a ser diferenciadas pelos penachos das barretinas: verdes para atiradores, brancas para fuzileiros e encarnadas para granadeiros. Os uniformes da milícia, ou a segunda linha, eram semelhantes aos das tropas regulares mas feitos em tecido verde e seguindo o método distintivo da primeira linha. A terceira linha, constituída pelas ordenanças, de carácter fortemente rural, possuía fardamentos mais peculiares à base de tecidos grosseiros de cor castanha como o burel ou a *saragoça*, este um tecido de origens beirãs. Em 1809 a infantaria ligeira é convertida nos corpos de caçadores, assumindo por muitos anos o carácter, justificado, de tropas de elite e extremamente apreciadas pelos altos comandos britânicos durante a Guerra Peninsular. Os caçadores de infantaria caracterizavam-se pelos seus uniformes castanhos, geralmente, do já referido tecido de *saragoça*

destinado a sargentos e praças e em tecidos mais nobres para oficiais. Indubitavelmente baseados nos regimentos de atiradores britânicos, uniformizados de verde, o 95th e o 60th *Rifles Regiments*, os caçadores, cuja técnica de combate se efectuava em ordem dispersa e valendo-se da perícia dos seus atiradores em alvos selectivos, ao contrário da infantaria de linha que actuava em ordem cerrada e cujo fogo se fazia maciçamente em descargas cerradas, necessitavam de uniformes que os dissimulassem na paisagem, evitando a sua detecção pelo inimigo. Este conceito foi igualmente adoptado pelos exércitos austríacos com os seus *FeldJäger*, fardados de cinza escuro e que foram adversários temíveis das tropas napoleónicas. Curiosamente estes últimos, apesar de possuírem caçadores a cavalo (*Chasseurs à Cheval*) com uma filosofia de uso de acordo com as tácticas de cavalaria ligeira, contavam com unidades de infantaria ligeira (*Voltigeurs*) mas desprovidos de armas raiadas, contrariamente aos portugueses e ingleses, fiéis usuários da carabina raiada de pederneira *Baker*, ou dos austríacos com a sua *Jäger Karabine*.

Ainda no contexto da Guerra Peninsular, a cavalaria e a artilharia portuguesas também se uniformizavam de azul ferrete, embora com fardamentos característicos, decretados pelo plano de uniformes de 1806, consistindo na farda curta, calção, bota e capacete de couro, tipo *Tarleton*, ornado com cresta de crina de cavalo para os primeiros e fardamento similar ao da infantaria para os artilheiros. As diferenciações regimentais faziam-se como na infantaria.

Apesar das profundas reorganizações levadas a cabo por Wellington e Beresford, os uniformes do Exército Português mantiveram o seu corte básico até à Guerra Civil de 1832-1834.

Capítulo 4. O período romântico e o triunfo liberal

O ideário liberal trouxe novas influências à sociedade portuguesa, incluindo o Exército e, sem dúvida os seus uniformes. A aparência discreta do soldado português, em tons de azul ou castanho, foi progressivamente enriquecida com novos recortes e adornos, típicos do período romântico, sendo o plano de uniformes de 1834 o corolário destas novas tendências. Novos fardamentos, com casacas de dupla fileira de botões, mais justas ao corpo mas mais desconfortáveis, são as primeiras alterações a ser perceptíveis na iconografia que acompanhava aquele plano de uniformes, assim como a velha barretina cilíndrica, herdada dos ingleses, que foi substituída pelo novo, ornado e pesado modelo de topo de sino, de marcadas influências prussiana e francesa. Também outros adornos se tornaram mais exuberantes, como as dragonas e charlateiras, nomeadamente as dos oficiais e da cavalaria, numa profusão de canotões de fios dourados e franjas com as cores regimentais. A cavalaria, anteriormente confinada a uma aplicação táctica indefinida, foi, a partir de 1834, dividida em regimentos de cavalaria ligeira, respectivamente seis regimentos de caçadores a

cavalo e dois regimentos de lanceiros. Estes últimos foram uniformizados ao melhor estilo europeu, com jaqueta curta e cintada e com a barretina de topo rectangular, característica deste tipo de tropas, denominada de *Schapska*, com a sua origem nos regimentos de lanceiros polacos do período napoleónico.

A artilharia também sofreu algumas alterações, tanto na aplicação táctica como nos próprios uniformes, que passaram a distinguir a artilharia de campanha, montada e a artilharia de posição ou de sítio. Mantendo as tradicionais cores e os atributos regimentais da Arma, o encarnado e as peças cruzadas que ornavam as chapas das barretinas, golas e virados das abas das casacas, os artilheiros montados passariam a usar uniformes e armas individuais similares aos da cavalaria, o que incluía sabres, pistolas e carabinas. A farda tinha abas posteriores curtas e rematava-se com um cinto de lã à cavaleiro em vez do talabarte com patrona enquanto os artilheiros a cavalo usavam boldrié com canana, com gancho para carabina. Os artilheiros apeados equipavam-se de maneira semelhante à infantaria, com casacas de abas longas, correames cruzados, com patrona e porta baionetas e eram armados com mosquetes longos de pederneira, do modelo distribuído às Armas apeadas, geralmente *Brown Bess* inglesas, substituindo-se a baioneta regulamentar de infantaria pelo terçado, espécie de espada curta, característica da Artilharia.

Este plano de uniformes de 1834 significou um relativo romper estilístico com todo um sistema uniformológico que perdurava desde o plano de 1806, assim como acompanhou e reflectiu paralelamente a introdução de novos conceitos tácticos, nomeadamente na cavalaria e na artilharia. É de notar que a maioria dos oficiais do novo exército liberal que saiu da Guerra Civil de 1832-1834 haviam estado emigrados na França e na Inglaterra, onde absorveram as modas militares do período romântico, contrariamente aos quadros de comando das velhas estruturas absolutistas, assumidamente tradicionalistas e impermeáveis às influências externas, atitude que lhes poderá ter provocado a derrota no campo de batalha.

Afastada, aparentemente, a ameaça do absolutismo miguelista, confrontaram-se as facções liberais, divididas entre a esquerda dura dos seguidores da Constituição de 1820 e a direita cartista, defensora da Carta Constitucional, que tinha origem na que havia sido outorgada por D. Pedro, em 1826. No meio, deambulavam os Setembristas (Golpe de Setembro de 1836), constitucionalistas moderados, que no golpe de Fevereiro de 1842 haviam sido afastados do poder por Costa Cabral (Bebiano, 1993, p. 260 - 261).

O exército regular continuava politizado e instável, dividido em várias facções, e era secundado na instabilidade política por inúmeros batalhões de voluntários, herdeiros das antigas milícias e ordenanças. Contudo, o carácter rural destas fora substituído pela componente profundamente burguesa dos referidos batalhões da Guarda Nacional e de voluntários. Estes batalhões, de grande

utilidade na guerra civil de 1832-1834, tornaram-se em contingentes de duvidoso valor militar, por vezes pretexto para uma certa burguesia envergar um uniforme, de preferência vistoso, e para exhibir um mosquete e uma baioneta pelas ruas. E à semelhança de algumas dessas guardas, também elas perdiam muitas vezes o entusiasmo quando enfrentadas por tropas regulares, não restando outra solução senão voltar a entregar o mosquete e volver a casa.

Para se ter uma ideia da proliferação destas unidades de voluntários, refira-se que, entre 26 de Dezembro de 1840 e 14 de Fevereiro de 1850, as Ordens do Exército (O.E.) registam oitenta e cinco batalhões e companhias de voluntários de infantaria, cavalaria e artilharia, e deste número destacam-se vinte e nove batalhões de caçadores (Brito, 1988, p. 18 - 19). Para um país pequeno como Portugal, esta quantidade inusitada de unidades era flutuante, sendo os batalhões e companhias convocados e desmobilizados, conforme a situação política do momento. As mobilizações são intensas entre 1840 - 1841, no período que antecede o golpe de Fevereiro de 1842, e depois em 1846 - 1847, com o deflagrar da guerra civil da Patuleia. É de notar a proficuidade de batalhões ou companhias de caçadores, vinte e nove num total das já referidas oitenta e cinco unidades. É compreensível, dado o sentido de elite que o uniforme de caçadores, adoptado por estas unidades, conferia ao seu usuário, mesmo que o seu desempenho militar não correspondesse ao garbo da farda. Os uniformes de caçadores continuavam, na década de 1840, a manter as características básicas que tornavam tão solicitados por muitas unidades de voluntários. Assim, mantinha-se o castanho pinhão, com adornos em negro, como cores gerais para todas as peças do uniforme, factor que iria perdurar desde 1806 até, praticamente, ao plano de uniformes de 1885.

Capítulo 5. A pacificação interna e do Exército

A constante agitação militar e política em Portugal, aliada à sempre eterna crise económica, não permitira grandes inovações em termos uniformológicos, e mesmo com o novo plano de uniformes de 1848, ainda não se verificaria a introdução da túnica ou do casaco, peças de uso prático e recém chegadas às modas militares europeias.

Este plano de uniformes, decretado em 5 de Outubro de 1848, não realizou evoluções estilísticas significantes ao nível de algumas potências europeias, que introduziram novos conceitos uniformológicos, baseados sobretudo no pragmatismo.

Ao analisar-se a iconografia relativa a este plano de uniformes, detecta-se uma evidente simplificação do uniforme básico, mantendo-se, contudo, peças obsoletas como a *farda*, ou casaca de abas. Por esta época, a casaca de abas passara a uniforme de parada em alguns exércitos europeus, como o francês.

A imposição de padrões de disciplina surge subliminarmente nesta simplificação e padronização relativa dos fardamentos, reaproximando o exército à sua missão de defesa e procurando a sua submissão aos governos e poderes legítimos do Reino, embora tal fosse uma tarefa difícil. A farda teria de deixar de ser um símbolo de ambientes políticos explosivos, para passar a ser uma peça de uniforme de um exército pacificado.

A economia surge aqui como um dos factores mais importantes para a concepção do plano de uniformes de 1848 que, perante a leitura dos sucessivos artigos, aponta para a simplificação dos desenhos e do corte do anterior plano de 1834, mas sem concessões aos novos estilos europeus. Estilisticamente, o panorama uniformológico de Portugal e Inglaterra era similar e atrasado em relação à França, à Prússia e aos estados italianos como a Sardenha, o Piemonte, Nápoles e os inconfundíveis voluntários garibaldinos. Mas é importante também referir que outras potências, como a Rússia e a Espanha, continuavam a manter fardamentos de recorte obsoleto, não abandonando uma certa aparência de Antigo Regime.

O factor económico, no plano de 1848, denotou-se no abandono da dupla abotoadura, ou *assertoado*, similar ao modelo prussiano de 1815 a 1842, passando a um padrão de fila única e direita de oito botões na frente, fazendo lembrar o uniforme básico de 1806. Isto implicou uma significativa poupança em metal e despesas de punções em botões, e mesmo em tecidos, já que a farda deixou de se trespassar sobre o peito. Este trespasso manteve-se nas sobrecasacas do pequeno uniforme dos oficiais e nas versões triplas dos uniformes de caçadores. Mas à parte estas pequenas modificações, a farda, ou casaca de abas, mantinha o recorte obsoleto do plano anterior, datado de 1834.

Um elemento foi substituído com um toque de evolução e modernidade: a barretina. O modelo pesado, dispendioso e pouco cómodo da barretina de topo de sino (*Bell-Toped*) de 1834, deu lugar a uma cobertura mais ligeira, com similaridades ao modelo francês de 1845. Esta barretina era de formato troncónico, com a parte frontal colocada a 90° em relação ao crânio, dentro do estilo que irá evoluir para o *képi*, do qual Portugal se tornará usuário a partir de 1868 – 1869.

Um dos aspectos mais frequentes neste período foi a publicação de decretos em que se apontavam as contínuas faltas de disciplina e os sintomas de desleixo patentes em todos os graus hierárquicos do Exército. Criticou-se, sobretudo, a classe de oficiais, incluindo superiores, tanto pelas alterações caprichosas que faziam nos uniformes regulamentares, como por terem os seus fardamentos em mau estado e por se uniformizarem somente para os actos de serviço, fazendo a sua vida social em trajes civis. Esta situação poderia levar-nos a uma série de leituras e de questões pertinentes, passando todas por uma aparente aversão dos militares portugueses ao uniforme, em particular aos oficiais, cujo atavio era suposto ser exemplar. Poder-se-ia depreender que muitos oficiais,

alistados nas guerras civis e posteriormente, teriam seguido a carreira das armas por necessidade ou imposição familiar, tal como muitos outros, filhos de famílias de vários estratos sociais, ingressavam na carreira eclesiástica como meio de posicionamento social e económico, mas uns e outros sem real vocação ou apego aos objectivos destas profissões.

De facto, pela leitura dos documentos, não seria difícil observar um comportamento de funcionário de repartição na classe de oficiais do exército, largando o uniforme após as horas de serviço, além das acusações de gastarem os seus proventos em vestuário civil, ao invés de o usarem na manutenção e actualização dos seus uniformes. Esta situação era mais rara nas restantes classes, sargentos e praças, devido aos regulamentos mais coercivos sobre o uso de uniforme e aos magros soldos, muitas vezes dizimados a repor peças de fardamento, precocemente desgastadas pela sua má qualidade. Mais tarde, surgirão legislaturas no sentido de interditar o uso do traje civil aos militares, dentro e fora da unidade, salvo em condições especiais como licenças prolongadas. Desde Abril de 1810 a Outubro de 1848 são emitidas trinta e uma ordens do exército sobre o uso correcto dos uniformes em todos os graus hierárquicos. Numa época preenchida por guerras civis, golpes e contra golpes, instabilidade política e militar, a disciplina e a uniformidade militar não saíram, certamente, beneficiadas. Daí a constante insistência quanto a estes factos, obrigando o Estado e os altos comandos militares a imporem-se sobre as questões disciplinares e sobre o correcto atavio dos uniformes no Exército, independentemente dos graus hierárquicos.

No ponto nº 7 do artigo XXI, da Ordem do Exército nº 50 de 2 de Outubro de 1848, verificamos que se insiste na disciplina da uniformização do vestuário militar dos próprios oficiais. Isto implicava o corte com possíveis extravagâncias ou liberdades tomadas anteriormente, durante os anos conturbados da instabilidade política. É de notar o que foi decretado, muito antes, na ordem do Exército de 4 de Março de 1811: *“O sr. Marechal observa, que apesar da ordem do dia 12 de Abril de 1810, os officiaes se vestem de todos os modos, conforme deseja a sua fantasia: s. ex^a não vê uniformidade alguma (...)”*.

Muito mais tarde, a 7 de Junho de 1851 sai um decreto em que o Comandante em Chefe do Exército, Marechal Duque de Saldanha, adverte a classe de brigadeiros quanto ao incorrecto uso de uniformes não correspondendo a esse grau hierárquico. No caso específico, é referido que brigadeiros graduados tinham o hábito de envergar uniformes de general, quando se apresentavam em formatura com as respectivas unidades. Como é natural, tal atentava contra todos os esforços de disciplinar o exército, esforços desenvolvidos desde há longos anos, traduzidos em muitas ordens do exército e decretos a apontarem para que cada classe hierárquica se confinasse aos seus devidos uniformes, como também aos acessórios e paramentos regulamentares. Claro que as milícias e posteriormente os batalhões e guardas nacionais tentavam fugir a este tipo de imposições, usando

do poder económico de muitos dos seus elementos para se uniformizarem de maneiras extravagantes ou, pelo menos, para se subtraírem às regras vestimentárias do exército de linha.

Este assunto voltaria a ser tratado em decreto de 3 de Fevereiro de 1852 na Ordem do Exército nº 12. Nela aborda-se o abuso praticado pelos oficiais do Exército em relação ao uso do traje civil que havia sido regulamentado no longínquo ano de 1819, na Ordem do Dia de 16 de Março. Este desleixo e desapego pelo uniforme, com consequente impacto na disciplina, serviria de exemplo negativo em todos os graus hierárquicos até à classe de praças. Citando alguns pontos eloquentes nesta O.E. nº 12: *“Que muitos oficiais do Exercito deixem de ter o completo dos seus uniformes, ou o têm em mau estado, para comprarem e trajarem objectos de uso à paisana.*

Que quasi se envergonham de apparecer com os distintivos de sua profissão, por isso que sómente nos actos puramente de serviço é que vestem os seus respectivos uniformes. Que são multiplicadas as pertenções de adiantamento de dinheiro para a compra de uniformes; allegando ora o disposto na Ordem de Exército nº 31 de 1849, ora carência dos meios sufficientes e em os cazos são sempre vistos, fora do serviço com vestuário à paisana.” (O.E. nº 12 de 3/2/1852).

A regulamentação de 3 de Fevereiro de 1852 visava, em suma, exercer um controlo sobre os hábitos de muitos militares trajarem à civil, em alturas consideradas impróprias e lesivas para a imagem do Exército perante a sociedade da época. Eram os militares, sobretudo oficiais, compelidos a reservar o traje civil para ocasiões sociais limitadas e fora dos postos de aquartelamento: *“passeios ou divertimento campestre..., bailes de subscrição...”* (O.E. nº 12 de 3/2/1852).

Em artigo da Revista Militar, no tomo III, do ano de 1852, mencionava-se a Ordem do Exército nº 12, datada de 1850, que já na altura proibia o uso de vestuário civil pelos militares, citando-se como exemplo a Prússia, onde os oficiais não poderiam entrar no Parlamento sem estarem uniformizados. A leitura do artigo deixa transparecer casos de negligência e de falta de atavio militar: *“O desprezo das insignias é o desprezo da profissão”*. Isto implicava falta de disciplina nos quadros de comando e quiçá falta de motivação a vários níveis da instituição militar (Revista Militar, 1852, p. 92 - 93).

Para além destas questões de base que afectavam o exército regular, havia ainda a considerar a lentidão com que era implantado um plano de uniformes, mesmo em forças de segunda linha.

Capítulo 6. A transição para a Regeneração

No ano de 1852, em pleno início da Regeneração, num novo tipo de regime que pretendia solidificar a figura do Estado, havia que obrigatoriamente reestruturar a força armada da Nação e ao mesmo tempo refazer a sua imagem: criar um exército pequeno, contudo disciplinado e equipado, marcando a distância com a sociedade civil, destinado primeiro à defesa e só depois ao policiamento interno.

Contudo não se podia levar a cabo tal projecto sem atentar às exauridas finanças nacionais e aos limitados orçamentos militares, mesmo implicando questões aparentemente pacíficas como a aparência das tropas. O plano de uniformes de 1848, com a aquisição dos novos fardamentos para substituir os dos modelos de 1834, implicava uma série de novas despesas que muitos militares, mesmo oficiais abastados, não estariam dispostos a fazer de imediato. Aliada à ausência de moral e sentido profissional, a transição e modificação da aparência do soldado era ainda mais lenta, sobretudo se as oficinas e os abastecimentos de tecidos e materiais não satisfizessem atempadamente as necessidades dos arsenais.

Esta situação havia sido comentada em 1849 numa crónica interna da Revista Militar (1849, p. 115 - 116) em que, no dia 2 de Janeiro daquele ano, na parada de honra à sessão de abertura das cortes, se fez notar que algumas unidades de 1ª linha, não especificadas no texto, se apresentaram em pequeno uniforme, alegadamente devido às demoras na distribuição dos novos fardamentos. A crítica surge motivada pela solenidade do acto, assim como pela presença de entidades estrangeiras, o que afectava a imagem do Estado, principalmente pouco após o trauma da guerra de 1846. Nesse artigo sugeria-se que só deveriam ter comparecido as unidades já devidamente uniformizadas segundo o plano de 1848.

O período entre 1850 e 1852 destacou-se, sobretudo, pelas extensas modificações e alterações ao plano de 1848, demonstrando a incapacidade das comissões encarregadas de elaborar as legislaturas sobre uniformes em redigir um texto definitivo e coerente. Era assim dificultada a sua aplicação, criavam-se vazios legislativos que obrigavam a decretos *a posteriori*, com funções complementares. Tal poderia justificar a onda legislativa sobre uniformes, com o seu auge em 1852, já na vigência dos gabinetes regeneradores, deixando a sua presença no plano de 1848.

Após os períodos conturbados de 1848 em que a Europa se viu afectada por crises político-militares e sócio-económicas, às quais Portugal não ficou alheio, fosse pela Guerra da Patuleia de 1846 - 1847, fosse pelos processos políticos que antecederam a Regeneração (1851), seguiu-se um período de relativa paz europeia à excepção da Guerra da Crimeia de 1852 -1854.

É nesse contexto de relativa acalmia política que se decreta o plano de uniformes de 1856, após a existência agitada dos fardamentos do plano de 1848, constantemente sujeitos a modificações e alterações, como sucedeu em 1850, 1851 e 1852.

Desta vez, este plano de uniformes não surge de um só decreto, mas foi dividido em várias partes, cada uma delas respeitando a diferentes Armas e serviços. Pode-se afirmar que foi um plano bastante pormenorizado, tanto no plano descritivo como no plano esquemático, embora não apresente figuras de corpo inteiro de soldados e oficiais em fardamento completo, como havia sucedido em 1834 e 1848.

Além do casaco, surge um novo calçado para infantaria, baseado nas já referidas experiências de 1855, constituído por sapato aberto com cordões, ao qual se junta polaina de couro fixa com fivelas, mas usando-se por debaixo da calça. Continuamos aqui a levantar dúvidas quanto à utilidade deste processo de uso da nova polaina.

As calças, em geral, seriam feitas num novo padrão de mescla, que teria sido distribuído em pequenas amostras acompanhando os planos destinados às unidades militares. Dando crédito às aguarelas do Coronel Ribeiro Arthur, que ilustram os militares saídos do plano de 1856, a mescla das calças seria consideravelmente mais clara do que a usada a partir de 1848. Para o Verão, integrada no pequeno uniforme, é claramente citada a calça branca de *brim*, que não havia sido referida em 1834 e 1848.

As barretinas mantêm-se no padrão de 1848, mas as antigas chapas de estrela com coroa real e designação regimental são substituídas por novos modelos que consistiam num troféu de armas à volta do escudo real português (O.E. nº 16 de 2/4/1856, decreto de 10 de Março).

Uma das inovações mais importantes e que reflecte claramente a adopção de figurinos estrangeiros surge nos regimentos de caçadores a cavalo. Estes, conforme o artigo correspondente na Ordem do Exército nº 22, de 6 de Maio de 1856, passam a usar jaqueta cor de saragoça, tal como os caçadores de infantaria. Neste caso, este tipo de regimentos passa a apresentar uma aparência profundamente afrancesada, similar às unidades de hussardos do período de Napoleão III.

No plano de 1856 surgiu um item muito interessante e inovador quanto ao nível de informação dado em planos de uniformes anteriores, tratando-se de uma descrição pormenorizada dos pertences que constituíam a dotação individual do soldado:

- uma barretina com capa de oleado (modelo de 1848)
- um penacho
- cordões para a barretina
- um casaco (grande uniforme)
- uma gravata (grande uniforme)
- um par de calças de saragoça (grande uniforme)
- dois pares de calças de *brim* (pequeno uniforme)
- um barrete de “*polícia*” (modelo de 1852, para pequeno uniforme)
- uma jaqueta de “*polícia*” (pequeno uniforme)
- três camisas (uso geral)
- dois pares de sapatos (uso geral)
- um par de polainas (grande uniforme)
- um capote (uso geral)

- uma escova de fato
- uma escova de botas
- um espelho circular, protegido por caixa metálica com 8 cm de diâmetro
- uma navalha de barba
- um pente fino
- uma tesoura pequena
- um “*agulheiro de páo*” com agulhas
- um pequeno saco de “*paninho*” com linhas e botões
- uma faca sem ponta com 17 cm de comprimento (Rancho)
- um garfo de 17 cm de comprimento (Rancho)
- uma colher de 17 cm de comprimento (Rancho)
- uma caixa de graxa para calçado
- uma caixa com graxa de cera preta e pomada para o armamento.

Como podemos verificar são distribuídos vinte e seis artigos que constituem o vestuário regulamentar e respectivos acessórios de atavio e de higiene. É patente a intenção de racionalizar e disciplinar a dotação individual do militar e o uso que o próprio lhe poderá dar. Podem-se encontrar aqui conceitos essenciais, que dizem respeito à disciplina do uniforme e da aparência e um reflexo do reinado breve, mas esclarecido, de D. Pedro V. O fardamento devia identificar o portador como *personagem social* e gerar uma melhor e elitizada imagem perante a sociedade.

Às amplas reestruturações de 1856 não é estranha a acção do jovem rei D. Pedro V, que desde cedo demonstrou grande interesse e lucidez de ideias quanto à necessidade da existência de um exército eficaz e bem armado, o que pode ser verificado através da leitura da obra “*D. Pedro V e os assuntos militares*”, tese de doutoramento do Doutor Fortunato Queirós, publicada pela FLUP em 1972.

O plano de uniformes de 1856 foi o primeiro passo da adopção do figurino francês, assim como uma real actualização da estrutura uniformológica do Exército Português, colocando-o mais de acordo com a sua época.

Um ano antes do plano de 1856 já se havia levado a cabo a experimentação dos novos fardamentos, onde sobressaía o casaco. Passava-se a usar uma peça actualizada, cuja adopção tardia coincidia com a situação similar do exército britânico, que usava casaco ou túnica desde 1855. Tal justificava um processo de evolução paritário, em que a Inglaterra se adiantava a Portugal numa pequena margem cronológica, e ambos se distanciavam de outras potências europeias de dez a vinte anos, isto apesar de o Exército Português se ter afastado dos estilos britânicos.

Em termos específicos, o plano de 1856 trouxe de novo o casaco para todos os graus hierárquicos e para a maioria dos corpos do Exército, à excepção dos caçadores a cavalo que iriam estreitar uma

nova jaqueta. Esta, profusamente decorada com alamares e *brandbourgs*, era confeccionada em saragoça, à semelhança dos caçadores de infantaria. A nova jaqueta vinha aproximar os seis regimentos de caçadores a cavalo de um estilo declaradamente gaulês, ao estilo dos *chasseurs à cheval* ou dos *hussards* do exército de Napoleão III, acentuando um certo carácter de elite da cavalaria ligeira, juntamente com os dois regimentos de lanceiros.

O capote passou a generalizar-se como vestuário de Inverno de todos os postos hierárquicos do Exército, substituindo a antiga sobrecasaca e o efémero “*sobre-tudo*” de 1852.

Prenunciando os fardamentos exclusivos para as faxinas e trabalhos de caserna (não excluindo exercícios de manobra), surgiu a jaqueta de *brim* branco que, no entanto, teve uma existência atribulada, devido às críticas que a caracterizavam como mal adaptada e incómoda para aquelas funções, acabando por ser temporariamente suprimida para voltar a ser mencionada no plano de 1885, secundando a jaqueta de pequeno uniforme em panos azul ferrete ou cor de pinhão.

Manteve-se o bivaque do modelo de 1852 e o boné de pala de 1848 para o corpo de oficiais, à excepção do modelo à austríaca destinado aos oficiais superiores.

O calçado, peça essencial do uniforme militar, seria igualmente reformulado, deixando de se usar os modelos de 1834 (sapato abotinado) para se introduzir um sapato convencional com atacadores, secundado por polainas também de atacadores mas que se usavam sob o cano das calças. Esta foi uma medida deveras criticada na Revista Militar, pois (apontando para o exemplo francês que sobrepunha a polaina à calça, à excepção do uniforme de passeio e nos serviços internos), a polaina não cumpria, assim, a sua função protectora, tanto da perna como da calça. De facto, torna-se discutível o uso da polaina, tal como decretado no plano de 1856, devido à indefinição das comissões legislativas quanto ao uso deste artigo.

Quando foi publicado o plano de 1856, os equipamentos e acessórios das tropas, especialmente apeadas, haviam sido renovados em 1855, com a aquisição à Bélgica e à Inglaterra de novas mochilas, e com a introdução de novos cinturões que serviam de suporte simultâneo à patrona, bolsa de fulminantes e conjunto da baioneta.

Neste plano de uniformes, impôs-se um prazo de seis meses, a partir de 1 de Março de 1856, para que fosse rigorosamente cumprido o plano de fardamentos decretados nas Ordens do Exército nº 11 e nº 17. Isto significava que os legisladores e comandos do Exército queriam evitar os habituais atrasos na implementação dos novos uniformes, evitando situações como as criadas a partir do plano de 1848, onde se arrastaram as modificações, as alterações e as ampliações, verificadas em 1850, 1851 e 1852.

Apesar do incipiente experimentalismo levado a cabo para a elaboração do plano de 1856, com a consequente tentativa de racionalização dos fardamentos e dotações individuais das tropas, o

exemplo da jaqueta, e mais tarde de quase todo o contexto uniformológico de 1856, vai demonstrar que as nomeações de responsáveis para a elaboração de planos de uniformes continuavam a deixar de lado militares com a devida noção do equilíbrio entre a aparência, a ergonomia, a higiene e a resistência, que começavam a ser características vulgares em qualquer exército europeu da segunda metade do século XIX. Tal não significava que no Exército Português da época não existissem, sobretudo, oficiais com a percepção do conceito acima referido. Deles partiam as críticas, que graças aos conhecimentos e à cultura obtidos a partir do que de melhor se fazia na Europa, e mesmo pelo uso do simples bom-senso, eram extremamente válidas, sobretudo quando publicadas. O púlpito preferencial para veicular essas críticas, a Revista Militar, deixou-nos testemunhos comprovativos de que, apesar das dificuldades e das indecisões eternas que caracterizavam o funcionamento do exército português do século XIX, existiam militares lúcidos e cultos, curiosamente das patentes inferiores a major, indicando uma nova geração de oficiais e posteriormente sargentos, que irão protagonizar os papéis críticos da viragem do século XIX para os inícios do século XX.

Ainda em 1858, um frequente articulista da Revista Militar, Cunha Vianna, do qual não sabemos a patente nem a unidade, estabeleceu um bem estruturado raciocínio sobre a questão da concepção dos uniformes militares, no caso, portugueses, e que se insere na linha de pensamento deste trabalho.

Assim, Cunha Vianna afirmava que, em relação aos planos ou às deliberações sobre uniformes do Exército Português, estes eram subordinados a um figurino, que era sobretudo copiado de modelos estrangeiros, como por exemplo as barretinas: a de 1834, influenciada pelo desenho prussiano e inglês pós-1815, a de 1848 pelo figurino francês, ou então os bonés de caserna, do género “*tachinho*” (Pires, 1935, folha nº 137) cuja influência é nitidamente inglesa, para em 1852 se adoptar um boné tipo bivaque, baseado no barrete *à la dragonne* do exército francês e em modelos similares do exército espanhol. Dez anos mais tarde, o Exército Português adopta a cópia quase perfeita do *képi-barretina* francês, modelo de 1860, sobrepondo-se os ditames da moda militar europeia, cujas realidades diferiam de país para país, às necessidades e comodidades dos militares que o deveriam usar. Ficava posta de lado a articulação de um sistema útil em campanha com os caracteres económicos de um exército, que não queria sacrificar o aparato, mais apropriado à paz do que aos novos tipos de guerra da segunda metade do século XIX.

O procurado equilíbrio de factores que o autor do artigo enunciava, e que não via realizado no Exército Português, resumia-o a três pontos ou condições.

A primeira condição faz adaptar o plano de uniformes à primazia dos rigores do serviço de campanha, o mais desgastante para as tropas, independentemente do clima ou das condições do

terreno. Era necessária flexibilidade para que os fardamentos se adaptassem a tais condições, implicando a conjugação da protecção com a leveza.

A segunda condição articula-se com a primeira, porque o factor económico relacionar-se-ia com a exigência de um sistema (“*trem*” no original) de armas o mais ligeiro possível, como condição essencial para a mobilidade, tendo em conta o país ou zona onde se realiza a campanha. Cunha Vianna vaticinava, sem o saber, a série de campanhas coloniais a que o Exército Português teve de acorrer por diversas circunstâncias e aonde se pôs realmente à prova o cruzamento entre o pragmatismo e as exigências do terreno, como por exemplo nas campanhas na Índia em 1871, em Angola em 1873, e a pacificação de Moçambique a partir de 1894.

A terceira condição, que marca o equilíbrio, baseava-se no necessário aparato marcial do Exército, como imagem do Estado e do Reino. Independentemente do gosto ou do figurino, era uma posição delicada, pois o excesso de aparato implicava a desarticulação com as duas primeiras situações, deixando o Exército de possuir a necessária operacionalidade. Essa operacionalidade, pilar fundamental da soberania nacional, deixaria de o ser para se tornar uma extensa guarda palaciana, versão alongada de um exército de conto de fadas, decorativo e inútil.

Qualquer tentativa de racionalizar os sistemas de fardamento do Exército Português, não devia pôr de parte a análise dos figurinos estrangeiros, mas como Cunha Vianna teorizava, era uma necessidade, sobretudo com realidades próximas da nossa. Contudo, escrevia o autor:

“mas esse trabalho deve tomar o carácter de estudo, para delle se tirar as convenientes applicações, e não sacrificar a reflexão à authoridade, muitas vezes experimental, de um qualquer systema, só porque é seguido por aqueles a quem cedemos o glorioso título de nação guerreira (...)” (Revista Militar, 1858, p. 384).

Os uniformes introduzidos pelo plano de 1856, apesar das muitas modificações que comportaram, começaram a mostrar deficiências, tanto no planeamento como na aplicação e qualidade dos materiais.

Desde 1858 que não eram decretadas quaisquer determinações relativas aos uniformes de 1856, parecendo que o processo de implementação decorria sem percalços. Mas em 1860 essa questão volta a ser abordada na Revista Militar, de maneira mais específica e pragmática do que Cunha Vianna o havia feito dois anos antes. A abordagem é incisiva e generalizada, mas não se desliga dos princípios básicos enunciados por Cunha Vianna. O autor, o capitão Luiz Augusto Pimentel, do Regimento de Infantaria nº 17, começou por afirmar, sem qualquer rodeio, que os uniformes de infantaria (os de 1856) não eram elegantes, nem tão pouco cómodos. Com a supressão das antigas fardas de abas, teria sido suposto aligeirar a pesada massa de fardamento e equipamento que o

infante português devia transportar, tornando-o vulnerável à fadiga e ao desgaste provocado pelas marchas forçadas de longo curso e mesmo, segundo o autor, para marchas de rotina curtas.

A má gestão das dotações individuais de fardamento, assim como a falta de disciplina de uso, continuava em 1860 a provocar o excesso de carga que o soldado deveria transportar em campanha, o que infere que não deixaria quaisquer dos seus pertences no quartel ou unidade. Aquele excesso de material acabava também por onerar os pequenos recursos financeiros do soldado.

É pertinente referir o que o capitão Luiz A. Pimentel sugeria como alternativa ao estado geral dos fardamentos das tropas. Ele propunha a abolição do capote, sendo a função acumulada pelo casaco que, redesenhado, seria largo, “airoso”, com forros, chumaços e a gola aberta. Para proteger a cabeça e os ombros da chuva, existiria um capuz amplo, adaptável ao casaco por meio de botões, sendo suficientemente largo para cobrir a cabeça e a barretina, secundado por um cabeção para os ombros. O casaco, usado sobre a camisa durante o Verão, era reforçado por um colete forrado durante o Inverno.

Em grande uniforme, o casaco (sem o capuz) ornar-se-ia com dragonas de franja comprida, à francesa, com os distintivos das especialidades e da Arma.

Antecipando-se em pensamento ao que viria a ser determinado em 1868, o articulista advogava um novo modelo de barretina mais baixa, o que sem dúvida apontava o modelo francês, não o *képi*, mas uma versão rígida deste, com penacho de crina pendente.

Ainda dentro da influência francesa, o capitão Pimentel pretendia que a polaina apertasse sobre a calça, pelo menos nas marchas. Só nas faxinas e serviço de quartel o soldado usaria a jaqueta em *brim cru*, o mesmo material das calças de pequeno uniforme.

Com tudo isto pretendia-se que o soldado fosse unicamente dotado para determinado espaço de tempo (dois anos e meio) com um casaco, uma calça de pano, um colete e uma jaqueta de *brim*, o suficiente para ser acondicionado na mochila e acessórios, não referindo o autor as calças de *brim* para complementar a jaqueta.

Não fundamentando as suas ideias em factores de natureza estética, o autor defende as suas sugestões argumentando com a questão da operacionalidade e prontidão do soldado para o combate:

“Em tempo de guerra que nos tem mostrado a experiencia? Que nem nas marchas, nem nos bivaques na proximidade do inimigo, nem nos postos avançados, se permite ao soldado desenrolar o capote, porque a muxilla fica por tal forma desordenada, pelo desconcerto da correia de atravessar, da marmita, malote e franqueletes, etc. que se for necessario pegar em armas subitamente, a tropa ver-se-ia em grande confusão. E poderia perder todo o equipamento, ou despender um tempo precioso, cujo desperdicio lhe poderia ser muito funesto.” (Revista Militar, Lisboa, 1860, p. 592).

Ainda no texto que analisámos, é referido um costume relacionado com a higiene do soldado e também com a sua capacidade económica. Pimentel critica o costume (em 1860) de ser permitido ao soldado mandar a roupa a lavar fora, apartando-se dessa tarefa, mesmo que tal lhe dizimasse o soldo, especialmente se acumulasse grandes quantidades de fardamento para a lavagem (idem, p. 592 - 593). Na verdade, a obrigação do soldado de cuidar e lavar a sua própria roupa seria benéfica em termos de auto disciplina e da preservação de hábitos higiénicos, com óbvio reflexo na aparência e imagem do colectivo.

A questão sobre a qualidade e ergonomia dos fardamentos deixava transparecer várias realidades sobre a imposição de legislações sobre uniformes no Exército Português na época da Regeneração. A verdade das casernas sobrepunha-se ao texto oficial dos decretos, pela mão de oficiais maioritariamente de patentes subalternas, que acompanhavam de perto a vida e o quotidiano das suas tropas.

Ficaram testemunhos que atestam a lucidez e cultura de muitos oficiais, no meio de estruturas instáveis e das dificuldades que caracterizavam as forças armadas naquela época, sintoma da existência de uma nova geração de oficiais que irão protagonizar as viragens políticas no início do século XX.

Pese o experimentalismo inédito que precedeu o plano de uniformes de 1856 e a sua tentativa de racionalização dos sistemas uniformológicos e a actualização dos figurinos, os anos seguintes vão demonstrar que as comissões formadas para a elaboração de planos e decretos sobre uniformes dificilmente conseguiam conciliar noções de equilíbrio entre a aparência e a ergonomia, a higiene e a resistência dos materiais, características vulgares em outros exércitos da mesma época. As críticas e as opiniões condenavam e demonstravam a falta de estudo e reflexão sobre a matéria, sobrepondo-se a autoridade das patentes e a cega adopção dos sistemas estrangeiros, pela mera razão de se encontrarem na *moda* e por advirem de potências militares com domínio geoestratégico, como o foram a França ou a Prússia.

Na verdade, o soldado português continuou a ser dotado com fardamentos pesados, incómodos e de má qualidade, agravando uma já difícil existência, substanciada em quartéis com estruturas deficientes e situados alguns em zonas inóspitas de fraca comunicabilidade. Aliadas a estas circunstâncias, continuavam-se a verificar graves lacunas disciplinares quanto ao uso do uniforme e dos hábitos individuais no campo sanitário.

Capítulo 7. A introdução da moda militar francesa

A Ordem do Exército nº 80 de 31 de Janeiro de 1868 é o ponto de partida das novas modificações nos fardamentos do exército, que além de apontarem para uma relativa simplificação, são a assumida adopção do estilo francês. Desta vez, todas as alterações, modificações ou novos modelos foram descritos de forma gráfica, através de gravuras explicativas, contendo os talhes, feitios e dimensões em centímetros.

A grande novidade deste plano foi a nova barretina, tombada para a frente, à francesa, tipo *képi*. O modelo de barretina francesa de 1862 teria servido de inspiração à nossa nova barretina de 1868, sendo o recorte praticamente igual, assim como a altura do conjunto (13,5 cm). Estranhamente a barretina portuguesa não apresentava furos de ventilação passiva visíveis. Confeccionadas em couro negro, estas barretinas eram reforçadas no topo, em baixo, e verticalmente, com duas tiras em V em cada lado, existindo ainda um reforço semicircular na parte posterior. As alhetas e as cadeias são abandonadas a favor da tira de couro com fivela. A pala, que deveria ser de couro envernizado preto, era recta, arredondando nas extremidades. Media 17 cm de largura e 4,2 cm de comprimento, ficando a 90° em relação ao eixo do casco.

O penacho, agora de uso geral, tornara-se cónico, assentando sobre uma tulpina metálica de dois modelos, um mais elaborado, que se pode observar montado na barretina, para oficiais, e outro mais simples para sargentos e praças e que está representado ao lado esquerdo do primeiro (Vd. quadro iconográfico nº 1 da O.E. nº 80 de 31/12/1868).

A chapa é mais uma vez substituída, abandonando-se o troféu de armas de 1856, assim como a corneta de caçadores, para se voltar a usar a chapa em forma de sol, onde seriam colocados pequenos círculos de 4 cm, com o emblema da respectiva Arma. As barretinas para os sargentos ajudantes, sargentos quartéis-mestres e contramestres de música, seriam deste modelo, mas com o casco de feltro.

Os casacos (representados na folha com o quadro iconográfico nº 1) continuaram a apresentar o feitio cintado, tendo já as golas baixas e abertas, com canhões da manga em ângulo, excepto para infantaria (Vd. quadro iconográfico nº 2 da O.E. nº 80 de 31/12/1868). Os casacos para caçadores a pé deixaram de ter alamares, embora conservassem os nós húngaros nos canhões das mangas; na gola deveria ser aplicada uma fita preta de 1,2 cm. Os caçadores a cavalo, embora conservassem a jaqueta à hussarda, do grande uniforme, tinham para serviço de quartel um casaco que agora deveria ser similar aos dos caçadores a pé. Os casacos das tropas apeadas continuaram a ter presilhas de ombro, e as dos oficiais e tropas a cavalo possuíam passadores para as charlateiras. As pestanas das abas posteriores são modificadas, passando a ter três botões de cada lado em vez dos dois do modelo de 1856 (Vd. quadro iconográfico nº 2 da O.E. nº 80 de 31/12/1868).

De um modo geral, os modelos de casaco do Exército foram simplificados e relativamente estandardizados. As jaquetas, cujos moldes estão presentes no quadro nº 2, assim como os bonés de caserna (*tachinhos*), continuaram a ser confeccionados em pano azul ferrete e saragoça.

Pela primeira vez a roupa branca é representada exactamente: a camisa que abria só até meio do peito e não tinha colarinhos rebatíveis, e a ceroula que possuía cordões para ajustar à cintura e também aos tornozelos.

A Ordem do Exército nº 80 não se limitou, contudo, a apresentar as gravuras explicativas do figurino a adoptar. Decretou igualmente as regras para o fornecimento de vestuário e calçado para o Exército, através de arrematações, sendo estas fiscalizadas e inspeccionadas pelo Arsenal do Exército. Além disso regulamentavam-se os tipos de pagamento sobre os artigos de fardamento a fornecer às tropas.

Esta O.E. nº 80 delineou o figurino definitivo do Exército Português até ao plano de uniformes de 1885, com apenas algumas pequenas alterações pontuais.

À O.E. nº 80 de 31 de Dezembro de 1868, cujo conteúdo principal se baseava na informação gráfica, vêm-se somar descrições mais pormenorizadas num processo gradual ao longo do ano seguinte. Assim, em decreto de 14 de Janeiro de 1869 (O.E. nº 4 de 19/1/1869) são regulamentadas as alterações aos uniformes do modelo de 1856 ainda usados pelos oficiais.

Todo este processo de modificação dos uniformes de 1856, levado a cabo entre 1868 e 1869, regularizou-se e simplificou de tal forma o figurino militar português, apesar do profundo afrancesamento deste, que até 1876 as críticas aos sistemas de fardamentos vão-se manter em silêncio, pelo menos na Revista Militar onde, até à data referida, os uniformes deixam de estar sob a mira dos articulistas. Parecia ter-se chegado a um ponto de equilíbrio entre o decretado para os uniformes e a realidade do uso dos mesmos, porque as queixas quase desapareceram, deixando de ser tornadas públicas durante quase oito anos.

Capítulo 8. Os Contingentes Coloniais

Um dos factores de evolução uniformológica que se torna visível a partir de 1870 é a influência colonial.

Em 1871, Portugal vê-se na contingência de enviar para o Estado da Índia (Goa) um batalhão expedicionário de infantaria para integrar a guarnição daquele território ultramarino. A reestruturação da guarnição havia sido levada a cabo pelo novo governador, Macedo e Couto, que havia substituído o visconde de S. Januário. A nova estrutura passava a ser constituída por oito companhias de polícia, uma bateria de artilharia operada para tropas indígenas e um batalhão de infantaria da metrópole.

Esse batalhão teria sido enviado para intervir contra um levantamento de tropas indígenas contra o antigo governador, o visconde de S. Januário. Partindo em Novembro de 1871, sob o comando de Francisco José da Silva, e acompanhado pelo infante D. Augusto e o novo governador Macedo e Couto, este batalhão não chega a entrar em acção, graças ao acalmar da situação. No entanto, devido ao reacender dos motins, o batalhão metropolitano acabaria por entrar em campanha (Martins, 1945, p. 401- 412).

As Ordens do Exército da época são bem claras quanto à preparação deste batalhão para a Índia, introduzindo acessórios com funções específicas para operações coloniais:

“Secretaria d'estado dos negócios da guerra - Direcção Geral - 4ª Repartição - Illmº exmº Sr. - S. exª o ministro da guerra encarrega-me de dizer a v. exª que se sirva ordenar que sejam feitas com a máxima brevidade seiscentas capas de linho branco para barretinas, as quaes devem cobrir a pala e ser guarnecidas de rebuço; por isso que são destinadas ao batalhão de caçadores nº 1, que brevemente seguirá viagem para Goa.

Deus guarde a v. exª Secretaria d'estado dos negócios da guerra - Illmº e exmº sr. Director geral de artilharia - o director geral, D. António José de Mello.

Secretaria d'estado dos negócios da guerra - Direcção Geral - 4ª Repartição - Urgente - Comunica-se à direcção da administração militar que s. exª o ministro da guerra determina que, pela mesma administração, se proceda à compra de mil camisolas de malha de algodão para serem immediatamente fornecidas ao batalhão de caçadores nº 1, que vai seguir viagem para a Índia” (O.E. nº 43 de 3/10/1871, p. 336).

Na O.E. nº 44 de 10 de Outubro de 1871 é publicado o plano descritivo, sem iconografia, de fardamento, armamento e equipamento para o batalhão expedicionário para a Índia. Não foram designados quaisquer tipos de barretina nem mesmo a regulamentar de 1868 - 1869, optando-se por um barrete, em forma de *képi* com tampo mole. Era confeccionado em pano azul ferrete, os vivos encarnados e sem penacho. A pala era quadrada, envernizada de preto pela parte superior e verde no lado inferior; a correia era envernizada de preto com fivela de latão. Para completar o conjunto eram aplicadas, quando necessário, as capas de pano de linho branco, que ajudariam a suportar o efeito directo do sol.

O casaco seria talhado sem recorte de cintura e folgado. A calça de grande uniforme continuava a ser o modelo de mescla escura e para marchas e serviço de caserna era distribuída a versão em *brim* branco.

Todo o restante equipamento, como gravata, calçado, divisas das praças graduadas (sargentos e cabos), capote, artigos de fardamento e pequeno equipamento da dotação individual, permanecia o das ordenanças de 1856 e 1868 - 1869.

No caso específico dos oficiais, todos os artigos de uniforme e equipamento eram similares aos dos sargentos e praças, diferindo pela melhor qualidade dos panos empregues na confecção do barrete, do casaco e das calças. Os botões dos casacos seriam dourados e não de metal amarelo, continuando-se a usar as charlateiras regulamentares, assim como a banda e as luvas dos oficiais de infantaria dos regimentos da metrópole.

Quanto ao armamento, este era o usado pelas unidades de infantaria do Exército, consistindo no sabre regulamentar para os oficiais e muito provavelmente modelos de revólver de aquisição particular. Os sargentos e praças seriam equipados com a carabina para caçadores, de retrocarga, *Westley-Richards*, de calibre 14 mm. Para além do sabre-baioneta que acompanhava a respectiva arma, o correame que equiparia as tropas seria do mesmo modelo da infantaria de linha, consistindo no cinturão, nas cartucheiras e nas patronas introduzidos em 1855, mais os necessários bornais, cantis e mochilas que formavam a dotação de campanha (O.E. nº 44 de 10/10/1871).

Como já se pôde verificar, o batalhão expedicionário português enviado à Índia, em 1871, ia basicamente uniformizado com fardamentos adaptados ao clima nacional e não aos climas tropicais, mantendo o uso do sombrio casaco de pano azul ferrete e das não menos sombrias calças de mescla. Embora se contemplassem as calças de *brim* branco, de pequeno uniforme, para uso nas marchas e faxinas, a outra única concessão ao clima quente e húmido era a capa de linho branco para o *képi*, que também era confeccionado com pano azul ferrete. Por conservadorismo, ou por ignorância do teatro de campanha que ia enfrentar, a comissão encarregada de organizar o batalhão não optou por criar um uniforme tropical, em pano branco ou mesmo *khaki*, como já havia feito a Inglaterra.

Na verdade, estas intervenções militares portuguesas nas suas possessões ultramarinas são ainda pontuais e a experiência militar colonial não era então suficiente para se formar um real juízo das necessidades dos soldados em campanha fora de Portugal. Contudo, pena é que não se decidisse seguir cegamente um figurino colonial inglês ou francês, já com provas dadas, optando-se por realizar uma versão do uniforme metropolitano.

Se assim aconteceu na expedição de 1871, o mesmo se repete na campanha dos Dembos, em Angola, quando se enviou um batalhão expedicionário. O plano de fardamento desta unidade é em tudo semelhante ao já decretado para o batalhão enviado à Índia (O.E. nº 43 de 3/10/1871, p. 348 - 349). A única diferença surge no casaco, cujos vivos e presilhas de ombro são brancos em vez dos encarnados de 1871. Também o forro, em lugar do pano encarnado, é de tecido preto (O.E. nº 5 de 15/2/1873, p. 39).

O armamento e o correame também diferem, começando pelo primeiro, em que a carabina *Westley-Richards* é substituída pela nova espingarda de retrocarga do modelo *Snider-Barnett m/1872*, com

que se equiparam os sargentos e praças. Aquele tipo de arma surgia a partir da antiga espingarda *Enfield*, estriada, a que era aplicada uma nova culatra de alçapão do referido modelo *Snider* de concepção britânica. Os oficiais, tal como em 1871, teriam a espada regulamentar do exército da metrópole e também a provável posse particular de revólveres para defesa pessoal. O correame seria em anta branca, assim como as cartucheiras e patronas. A mochila de víveres seria confeccionada em pano de *brim* cru branco, os malotes do capote em material semelhante e o cantil seria em folha de Flandres (idem, p. 40). No último caso, seria de imaginar o efeito do calor sobre um cantil de água (ou vinho) feito em chapa, que não estivesse devidamente isolado por tecido ou cortiça.

Assim, o princípio e o conceito que deram origem ao batalhão expedicionário à Índia em 1871, voltam a ser usados em 1873. Enviar tropas para climas tropicais ou aproximados com fardamentos adaptados ao clima temperado europeu, revelava total desconexão com a realidade das campanhas em teatro colonial. Um soldado desses batalhões só poderia contar com a boa vontade de um corpo de oficiais que lhe permitisse combater em camisola de algodão e com as calças de *brim*. E para se cobrir restava-lhe o *képi* azul, embora encapado de branco, já que este acumulava as funções de barretina e barrete de caserna.

Como foi possível verificar ao longo deste texto, a evolução do uniforme militar português nos períodos iniciais da Regeneração, para além dos planos de fardamento, foi pautada por numerosos decretos, portarias e circulares que alteravam, modificavam ou ampliavam as legislaturas de base. Muitas circunstâncias estão documentadas, outras situam-se no campo das hipóteses que, carecendo de comprovação documental, podem servir para futuras propostas de trabalho ou de debate.

Capítulo 9. Contexto uniformológico do plano de 1885

A questão do plano de uniformes de 1885 pode ser ligada à reorganização do exército, levada a cabo em 1884, sob a responsabilidade do Ministro e Conselheiro Fontes Pereira de Melo. Esta reorganização marcou um passo no relançamento de uma ideia global de defesa eficaz da nação, conforme se pode verificar no discurso de apresentação deste projecto de lei na Câmara dos Deputados:

“Ninguém contesta a urgência de dar ao nosso exército uma nova organização, pela qual tenha o país a garantia de uma defesa regular e prolongada, em harmonia com a sua população e os seus recursos; querem todos,

porém, que não aumente a despesa que se faz com o ministério da guerra. O problema posto nestes termos é insolúvel.” (cit. A. Coelho, 1988, p. 21).

Mas se a reorganização perduraria mais ou menos intacta, mesmo com as alterações do sucessor de Fontes Pereira de Melo, o Conde de S. Januário e do General Sebastião Teles, não se registrando desvios aos princípios gerais da comissão de 1884 (idem, p. 53), já o plano de 1885 vai ceder ao hábito de sofrer contínuas alterações, modificações ou supressões, e tal sucede, curiosamente, logo após a demissão do Ministro da Guerra, em 20 de Fevereiro de 1886, seguido do seu falecimento, decorrido quase um ano depois, em 22 de Janeiro de 1887. Tão ambicioso como a reorganização do exército, este plano de 1885, que erradicara o figurino afrancesado de 1856, 1868 e 1869, adoptaria sem hesitações a aparência prussianizante que é patente nos seus fardamentos. Seria, sem dúvida, um passo muito dispendioso a dar, para reuniformizar todo o exército, mas estava-se decidido a dá-lo. A prová-lo está a própria estrutura do plano, que era muito completo, eloquente e sem mal entendidos quanto às matérias decretadas, em tudo auxiliado por uma iconografia excelente e de fácil compreensão. O plano de uniformes contido na O.E. nº 15 de 5/10/1885, já decretado em 1 de Outubro desse ano, é precedido de uma longa série de disposições gerais que regulamentariam todos os aspectos essenciais para implementação desta nova legislatura sobre os fardamentos do Exército Português.

A cor azul ferrete era mantida nos casacos, *dolmans* e barretes de pequeno uniforme, para o Estado Maior General (E.M.G), Corpo de Estado Maior (C.E.M), das Armas de engenharia, artilharia e cavalaria. A cor pinhão era alargada dos caçadores para os regimentos de infantaria de linha, diferenciando-se uns e outros pela cor das golas; negras para caçadores e encarnadas para a infantaria de linha. Para além da infantaria de linha, as golas encarnadas eram destinadas também ao E.M.G, ao C.E.M., à artilharia e cavalaria, enquanto que a engenharia usaria golas de tecido preto como os caçadores. Para as unidades não combatentes as golas seriam em azul claro, carmesim para os serviços de saúde militar e golas brancas para militares na reforma até ao posto de coronel.

O pano designado de *mescla escura*, que deveria ser quase negra, seria usado para a confecção dos capotes e das calças do Exército, com excepção das calças de infantaria e caçadores que seriam em pano ou saragoça cor de pinhão. Ao Estado Maior General reservava-se o uso exclusivo da calça azul ferrete para o grande uniforme ou 1º uniforme (O.E. nº 15 de 5/10/1885, título I, capítulo I, p. 308).

Do artigo 5º ao artigo 7º do capítulo I das disposições gerais, são especificados os pormenores relativos às calças regulamentares. Assim, as listas de pano para aplicação na parte exterior das calças deveriam medir 2,2 cm de largura e, quando fossem duplas, teriam um espaço intermédio de 3 mm. Esta última medida aplicava-se igualmente aos vivos que guarneciam todo o fardamento. Este tipo de ornamentação teria a mesma cor das golas dos casacos e dos *dolmans*. Abria-se uma excepção para as calças azuis ferrete, dos oficiais generais, a que se aplicava galão de ouro, que nesta O.E. é denominado de *Imperador*. O comprimento das calças dos sargentos e praças apeados devia ser embainhado, de maneira a que ficasse distante do solo 3,3 cm, tendo os pés unidos, em posição de sentido. Para as tropas montadas, a calça devia ser mais comprida, de maneira a assentar sobre a pua da espora, ao nível do tacão da bota.

Os oficiais não são referidos neste caso, o que demonstra o seu estatuto superior, e a liberdade de assentarem as calças sobre o calçado, conforme a sua altura ou compleição (*idem*, capítulo I, artigos 5º a 7º, p. 309). Seguidamente foi contemplado o capote, no qual, conforme o modelo, variava a distância da bainha, ou orla, até ao solo. Nas tropas apeadas essa distância mediria 33 cm, e nas tropas montadas ficava-se pelos 20 cm, isto para melhor proteger o usuário quando no serviço a cavalo.

Em relação aos 22 cm determinados em 1856, verificamos que a bainha dos capotes de tropas apeadas sobe 11 cm, dando eco a muitas queixas, cujo argumento se baseava no embaraço de movimentos, causado pelo excessivo comprimento e peso das abas inferiores do capote. (O.E. nº 15 de 5/10/1885, título I, capítulo I, artigos 5º a 7º, p. 309). Para as tropas a cavalo, não se verificam alterações nas medidas desta natureza.

Para o reforço de protecção, tanto para a chuva como para o frio, todos os modelos continuariam a possuir um cabeção de dimensões variáveis, amovível e que se fixava por meio de três pequenos botões. Um desses botões era pregado na costura central que unia a gola ao capote e os outros dois nas extremidades. No caso do cabeção curto, mais apropriado para tropas apeadas, a orla alcançava o meio do antebraço. Na versão longa, de cavalaria, a orla deveria chegar à última falange dos dedos das mãos, quando os braços estivessem estendidos naturalmente ao longo do corpo (*idem*, *ibidem*).

Quanto às peças superiores básicas, ou seja, o casaco, o *dolman* e a jaqueta, as suas golas são redefinidas. Com a introdução definitiva da gola aberta, mediria 20º a incidência do ângulo da referida abertura. Estas golas teriam uma altura variável de 3,5 a 4 cm, conforme a peça, e os cantos deviam ser arredondados. Abdicando-se definitivamente das cores regimentais, a distinção passa a ser feita através de emblemas de Arma, ou números regimentais, que para os

oficiais seriam bordados a ouro. Para os sargentos e praças, os emblemas e números seriam de metal, excepto nas jaquetas e na sua extrapolação, o jaleco, aonde seriam recortados em pano da cor da gola dos casacos, excepto para os caçadores que os teriam em cor verde.

Em termos descritivos, estes emblemas consistiam em: para os generais, um bordado a ouro na gola do casaco, herdeiro do modelo (à austríaca) de 1856. O modelo é visível na figura nº 1 da O.E n 15 de 5/10/1885. Os generais de divisão usavam três estrelas de prata e os generais de brigada só duas similares. A figura nº 29 demonstra a configuração dessa estrela de cinco pontas. A sua colocação na gola do *dolman* é descrita na figura nº 2 do plano de ilustrações explicativas desta O.E.. O emblema do Corpo de Estado Maior do Exército, a colocar na gola do *dolman*, consistia no óculo e na espada cruzados (conforme se pode ver na figura nº 4) e num galão de ouro do padrão representado na figura nº 3, esse a ser aplicado na gola do casaco em grande uniforme.

A Arma de engenharia continuava a ser representada por um castelo (figura nº 5), cuja aplicação era comum ao casaco e ao *dolman*. Esse conceito era similar ao determinado para a artilharia, cujo emblema era uma granada flamejante (figura nº 6) e, para a cavalaria, variavam os emblemas entre os sabres cruzados para caçadores a cavalo e as lanças cruzadas para os lanceiros (figuras nº 7 e nº 8). A infantaria continuava a usar os mosquetes cruzados, símbolo que se estendeu aos caçadores a pé, deixando de arvorar a tradicional corneta (figuras nº 9 e nº 10).

Capítulo 10. Uma tentativa de figurino nacional

O espectro político e económico de Portugal entra em crises profundas, que passam pela afronta do Ultimato britânico sobre os nossos territórios da Niassalândia (1890), como consequência da Conferência de Berlim de 1888:

“(...) em 1890-93 é o fim. O ultimatum põe em causa o posicionamento tradicional de Portugal e leva a uma perda de credibilidade não só do governo, que em grande medida o provoca, mas do próprio regime. O modelo político logo se desmorona, com uma tendência para o fortalecimento dos extremos, uma perda de credibilidade dos partidos rotativos, o desenvolvimento de novas formas de luta política e o renascer do golpismo militar [31 de Janeiro de 1891], depois de quarenta anos de intervalo. O modelo económico, por seu lado, não aguenta a queda das remessas dos emigrantes, a alteração do sistema económico internacional e a crise financeira geral. (...) o crescimento de uma indústria virada para o mercado interno e para o Império, sem competitividade internacional.”(Telo, 1994, p. 63 - 64).

As crises despoletadas põem em risco a própria monarquia, que entra no seu declínio. Os ministérios, impotentes perante o *monstro inglês*, cedem perante violentas reacções internas por parte dos meios políticos republicanos, onde já se integravam todas as componentes sociais, incluindo militares. Daí o golpe de 31 de Janeiro de 1891, sufocado pela Guarda Municipal do Porto:

“É sabido que o ultimatum britânico de 1890 e a revolta republicana de 1891 se acham indissoluvelmente ligados. Não escasseiam as fontes a comprovarem-no e não têm faltado os estudos a soldarem o elo, sobretudo na esfera política e militar” (“A Revolução de 31 de Janeiro de 1891”, 1991, p. 11)

e que marca o retorno do já referido golpismo. Só o despoletar das campanhas de pacificação em Moçambique (1894) contra os régulos revoltosos vai acalmar e ofuscar as intencionalidades republicanas, mercê da imagem e dos exorcismos da afronta inglesa protagonizados pelo corpo de oficiais expedicionários, com ressalva para a figura do capitão Mouzinho de Albuquerque (*“Exposição Histórico-militar em homenagem a Mouzinho de Albuquerque no 1º centenário do seu nascimento”*, Porto, 1957).

O contexto geral europeu desenrolava-se agora sob os auspícios da Conferência de Berlim (1888), onde todos os países presentes, entre os quais Portugal, estabeleceram novas regras quanto aos domínios e à conservação de possessões coloniais. A capacidade de ocupação militar sobrepunha-se então aos direitos históricos (com prejuízo para Portugal face ao expansionismo britânico e aos gulosos olhos do governador dos domínios ingleses na África Austral, Cecil Rhodes). Só com inauditos esforços diplomáticos os pequenos países conseguem manter as suas fatias ultramarinas e outras nações, sem tradição colonial, lançam-se nessa aventura para marcar o seu lugar, como o fez a Itália que se lança no Norte de África, na Eritreia e na Abissínia.

Este período é de facto recheado de guerras coloniais sucessivas e sobrepostas. Wolseley esmaga os egípcios em 1882, Kitchener toma Khartoum em 1898 e entra em operações contra os Boers. A Itália sonha em ocupar Tunes e aponta os mapas para a África Oriental (Eritreia, Somália e Etiópia), com os desastrosos resultados militares de Adwa em 1896. No Extremo Oriente, um novo actor surge, o Japão, com uma nova e poderosa máquina militar que se vira para a Manchúria e para a Coreia, sem esquecer o Pacífico (Schnerb, 1983, p. 213 - 235).

A uniformologia dos exércitos europeus continuava a sua evolução no sentido da simplicidade prática, logo, eficaz. Os uniformes vistosos e coloridos remetiam-se para corpos cerimoniais (guardas reais na maioria), começando a surgir os fardamentos no seu sentido actual, onde

pontuava o *khaki* inglês ou o *feldblau* germânico, com excepção do azul e escarlate franceses, ou do nosso plano de 1892 que, apesar das ambições de economia, fez as tropas, principalmente caçadores e infantaria, sofrerem um retrocesso estilístico em relação ao figurino prussiano. Estes fins do século XIX representam o adeus à cor nos exércitos europeus e americanos. As grandes potências iniciaram a adopção de uniformes monocromáticos, como por exemplo a Alemanha, cujas tropas mantêm fardamentos de feitios e dimensões tradicionais, como os hussardos, os *uhlans* (lanceiros) ou os *jägers* (caçadores de montanha), mas em tecidos *feldblau*, onde sobressaíam os vivos de cor encarnada ou de outros tons mais vivos (Nicholson, 1973, p. 13). No caso inglês, a década de 1890 via o seu exército ter dois tipos de uniformes, um colorido (com túnica escarlate) e um mais simples (pequeno uniforme) com confecção em tecido *khaki*. Nas grandes paradas, o exército vitoriano desta época continuava a desfilar em toda a sua glória, com casacos vermelhos e acessórios dourados e prateados, barretinas de pêlo de urso (*Coldstream Guards, The Scottish and Irish Guards, etc.*), capacetes de dragão e couraceiro, etc. (Laver, 1965, p. 140). O exército austríaco também começa a “escurecer” os seus uniformes de campanha em direcção ao *feldblau* (azul médio / escuro), deixando os seus exuberantes uniformes para as grandes ocasiões, que não eram poucas, sobretudo com a presença do imperador. O soldado de infantaria austríaco deixa de usar as suas veneráveis túnicas brancas, vendo-as substituídas por casacos azuis (o uniforme branco fica reservado para o imperador e para os oficiais generais) e calças cinza-azulado, com barretina de couro negro. As tropas húngaras (*Honved*) diferiam somente nas calças, azuis médio, e extremamente justas.

Os *jäger* fardavam-se de cinza claro, assim como a infantaria da *Landwehr* (tropas territoriais). As unidades distinguiam-se pela cor das golas, platinas e *parolis* (quadrados de tecido colorido que se aplicavam na golas) para além de outros paramentos uniformológicos. A cavalaria era mais exuberante, usando e abusando dos azuis-celeste. A Rússia segue esta linha em termos uniformológicos muito representativos de exércitos ligados a regimes conservadores, nos quais a exuberância marcial era símbolo de poder, centralizado no Kaiser, Emperor ou Czar (Mollo, 1972, p. 209 - 213).

É dentro deste panorama que surge a O.E. nº 25 de 12 de Setembro de 1892, contendo um plano de uniformes cujo resumo de intenções se pode captar no texto de abertura: “*Sendo conveniente reunir em um só diploma todas as disposições que têm modificado o plano de uniformes para o exército, aprovado por decreto de 1 de Outubro de 1885 e bem assim introduzir no referido plano várias alterações propostas pelos generaes commandantes e inspectores geraes das armas e chefes de serviços, as quaes têm sido aconselhadas pela*

prática ou foram impostas pela adopção dos novos padrões de lanifícios, hei por bem aprovar e mandar pôr em execução o plano de uniformes para o exército que faz parte do presente decreto e baixa assignado pelo ministro e secretario de estado dos negocios da guerra.” Por aqui vemos a sumarização de todos os decretos que se seguiram ao plano de 1885 e por nós analisados. Os pontos mais importantes, ao longo de sete anos, traduziram-se na abolição do casaco e redefinição da jaqueta para um novo modelo mais longo, que acumulava as funções inerentes ao grande e ao pequeno uniforme pela aplicação e remoção de granadeiras sobre as platinas, já que os antigos *macarrões* haviam sido também abolidos.

Devido a questões de qualidade, o pano cor de pinhão é abolido da infantaria e de caçadores voltando-se ao tradicional azul ferrete. O próprio pano de mescla preta que servia para calças e capotes é substituído por mescla azul clara para o primeiro caso e por mescla azul escura para o segundo. Esta situação é algo paradoxal, porque se se aboliu o casaco por questões económicas, dado o pouco uso daquela peça o que não justificaria a sua existência, então porque se prescinde de um pano único para duas peças de fardamento, ao fim de muitos anos de tradição neste aspecto? Carecendo de confirmação documental, levantam-se contudo algumas hipóteses, sendo a primeira a de que o novo pano azul claro para calças seria muito mais aligeirado do que o antigo padrão, reservando-se uma gama de mescla mais pesada (azul-escura) para capotes. A segunda hipótese reside na eventual má qualidade dos tecidos usados anteriormente a esta medida, simultaneamente com o pano cor de pinhão fornecido desde 1885, ligando-se aqui uma terceira hipótese baseada em novos contratos de fornecimentos de lanifícios à base de tinturarias azuis (indigos ou anil), o que nos parece uma base sólida para um futuro trabalho ou debate sobre a estrutura, evolução e gestão dos lanifícios e contratos de fornecimento destes ao Exército.

Em termos de figurinos, desde 1886 que a indefinição pairou sobre a manifesta introdução de caracteres prussianos em uniformes do Exército. Toda a estrutura desse plano se foi desarticulando da intenção original, acabando por restar o capacete de pico como característica e elo de ligação a esse figurino. Situação esta que acabaria também por ser alterada com a supressão do capacete na espinha dorsal do Exército (infantaria e caçadores). Como Arma mais numerosa, era talvez a mais atingida pelas pressões económicas para se poder sustentar a operacionalidade de serviços mais dispendiosos como o de artilharia, tanto à custa da aquisição e manutenção de materiais modernos, como com a necessidade do respectivo municamento. Também a cavalaria exigia fundos para a manutenção do seu parque equestre. Mesmo a própria engenharia militar, gozando de um elevado estatuto, devido ao seu próprio corpo de oficiais (que alimentavam uma boa parte do corpo docente das escolas especializadas

do país), necessitava de apoio financeiro para a manutenção da rede telegráfica, das ferrovias militares e do serviço de fortificações.

Se em 1885 a infantaria de linha que, desde 1764 se fardava no azul ferrete tradicional, se submete a uma fusão cromática com os corpos de caçadores, ficando os dois corpos uniformizados em castanho pinhão, em 1892 vai suceder o inverso, é o azul ferrete que se torna a cor geral dessas tropas, quebrando uma tradição que vinha já da Guerra Peninsular e retirando um certo estatuto de elite aos caçadores.

De acordo com o que afirmava Satúrio Pires na sua história dos *“Uniformes dos Corpos de Caçadores”* (Lisboa, 1935), verificou-se mais uma alteração estilística e um pouco inesperada: *“Se em 1868-9 o nosso exército se tinha fardado á franceza, se em 1885 o figurino escolhido fora, em parte, o allemão, agora em 1892, é a barretina italiana e a giuba italiana que, com o azul ferrete dos dolmans, e as mescla de tom azul claro das calças e calções, serão as características da nossa infantaria e caçadores.* O porquê da adopção de estilos meridionais especificamente italianos, segundo este autor, é especulativo e carente de confirmação oficial. Isso leva-nos a encarar somente hipóteses mas que cremos terem surgido a partir de um certo revanchismo anti-britânico devido ao ultimato. Se a economia de meios ditou o fim do capacete de feltro (de pouca durabilidade) e permitiu a continuidade dos stocks de capacetes de couro para engenharia, artilharia e cavalaria, porque não se voltou ao *képi* francês de 1868-69?

Apesar da França permanecer uma potência militar, já não ditava figurinos militares, para além de ser uma República laica. Num período de anticlericalismo, era um exemplo pouco edificante para adoptar numa monarquia como a portuguesa, que apesar de liberal, era ainda um garante do catolicismo de Estado. O retorno ao figurino inglês, em parte com similaridades ao prussiano desde 1879 (também usavam *pickelhaube*, embora com características próprias), estava fora de causa por razões globais. A opção de buscar influências na parte meridional da Europa, concretamente a Itália, parece reflectir uma bipolarização entre os ricos países do Norte, gigantes industriais e coloniais e os países mais pobres do Sul, ricos em tradição histórica e com passados gloriosos, mas agora atrasados industrial e economicamente. A estrutura militar italiana é pouco conhecida, só sobressaindo os lendários *bersaglieri* e voluntários garibaldinos, pioneiros da independência e unificação italiana. Contudo, é de crer que existissem similaridades estruturais entre o Exército Português e o Italiano, principalmente ao nível da exiguidade de meios militares e económicos para, no primeiro caso, manter um império e no segundo criá-lo. Assim parece ter existido um espírito solidário e romântico, ao adoptar-se o estilo de um país geograficamente próximo, que com falta de meios se procurava afirmar na

Europa, à sombra do poderoso império austro-húngaro, tal como Portugal tentava sobreviver aos abusos do seu velho *aliado* britânico e à proximidade fronteiriça com o *gigante* espanhol.

Continuando a seguir o texto de Satúrio Pires, a nível das inovações, verificamos que o *dolman* de oficial, tendo-lhe sido suprimidos os alamares, passa a ser assertoado amplamente sobre o peito, com duas fileiras de oito botões, ganhando a denominação de *bacalhau*, dado essas fileiras estreitarem em direcção à cintura. Esse *dolman* serviria para todo o serviço, grande e pequeno uniforme, ordem de marcha, etc. Só para serviços internos de quartel irá ser introduzido um *dolman* leve de flanela, com os distintivos de patente nas platinas dos ombros.

Os sargentos e cabos de infantaria e caçadores passarão a ter divisas pretas avivadas de azul claro (em 1885 esta ordem inverter-se-ia, afim de aumentar a visibilidade). Para proteger a nova barretina adopta-se uma cobertura de tecido impermeabilizado branco com cobertura para o sol, usando-se com o penacho removido.

Generaliza-se o uso de um novo modelo de calção para oficiais, sargentos e praças, padronizando o uso da bota ou do botim por fora.

O conjunto de jaquetão e calça de *brim* é autorizado para tropas em manobras e exercícios (Pires, 1935, folha nº 134).

O plano de uniformes de 1892 (O.E. nº 25/9/1892), tal como o de 1885, abre com uma longa série de disposições gerais, regulamentadoras das normas de manufactura dos artigos de fardamento. Assim, a partir do artigo 3º definiram-se os padrões de lanifícios para os novos uniformes.

Para *dolmans*, jaquetas-*dolman* e barretes da classe de sargentos de todas as Armas era destinado um tipo de pano azul ferrete (um designado padrão nº 1 a fornecer pelo arsenal) intermédio entre um tecido mais fraco para praças e outro superior para oficiais. Para as calças e calções dos mesmos, o novo padrão de mescla azul claro. Os restantes elementos do corpo de praças teriam fardamentos confeccionados com o já mencionado pano azul de inferior qualidade (padrão nº 20), assim como a mescla azul claro para calças e calções. A nível geral, o tecido para capotes, abandonada a mescla preta de 1885, passa a ser oficialmente a mescla azul escura.

Outros tipos de pano destinavam-se a acessórios do uniforme. Um pano azul claro (padrão nº 44) destinava-se a vivos e divisas de caçadores, companhias de administração militar e alunos da escola do exército. Pano preto (padrão nº 42) para guarnições e granadeiras dos uniformes das praças de engenharia, artilharia, infantaria, caçadores e companhias de administração militar. Pano carmesim para guarnições de infantaria e pano encarnado para guarnições e vivos

das tropas de engenharia, artilharia e cavalaria. O pano branco reservava-se para o uniforme das praças reformadas.

Toda esta massa de lanifícios era gerida e entregue aos arsenais regimentais pela direcção geral de administração militar, intermediário directo com os contratadores de lanifícios, após aprovação pelas comissões gerais de fardamento.

As distinções entre unidades continuavam a ser realizadas pelas cores das guarnições, por números e emblemas (O.E. n.º 25 de 12/9/1892, título I, capítulo I, p. 630 - 631).

Algumas determinações e regras continuavam a ser similares ao decretado no plano de uniformes de 1885, como nos artigos 5.º a 7.º que elucidavam sobre as medidas, dimensões e feitios das calças e calções dos diferentes postos hierárquicos, assim como as medidas e a configuração das golas dos casacos, *dolmans* e jaquetas.

Os emblemas são redefinidos, primeiramente nos materiais: para os sargentos e praças os emblemas e números regimentais seriam recortados em metal amarelo, excepto em lanceiros, onde seria utilizado metal branco. Seguiu-se a descrição da emblemática e respectiva configuração a aplicar nas golas dos casacos e *dolmans* dos oficiais, sargentos e praças, também seguindo o ainda válido decreto de 1885.

Conclusões

O primeiro ponto comum no período que vai do Antigo Regime à Regeneração, traduziu-se pela constante adopção de figurinos externos, normalmente de potências militares que estivessem na moda. Portugal tendeu a seguir, com pequenas modificações, os figurinos militares em predominância nas respectivas épocas, à excepção de 1892, em que se tentou criar um estilo nacional, embora mantendo ligações a cânones estrangeiros. Assim foi de 1848 a 1869, com a introdução progressiva do ideário uniformológico francês, reflexo do poder militar do II Império.

Se, na segunda metade do século XIX, se adoptaram figurinos externos através dos planos de uniformes de 1848, 1856, e 1869, a sua implementação não foi linear, nem frequentemente bem definida. As sucessivas alterações ou modificações após cada plano de uniformes demonstram que o experimentalismo, que seria necessário antes de um novo sistema de fardamentos, se verificava *a posteriori*, e em vez de se verificar em unidades restritas, aplicava-se globalmente ao exército. Assim era difícil prever quais as deficiências a surgir na relação homem-uniforme.

Surgiram vários factores negativos, como a má qualidade dos lanifícios, que precipitavam o prematuro desgaste dos uniformes, a deficiente e a inadequada concepção daqueles, provocando o desconforto no soldado quando solicitado para os rigores das manobras e dos exercícios. As

tinturarias de fraca qualidade, que aceleravam a má aparência dos fardamentos, podiam criar duas situações: uma que se traduzia num exército mal fardado e com mau aspecto, outra que para evitar a primeira obrigava à reposição constante dos artigos de fardamento. Tal situação pesava economicamente nos ministérios e arsenais, que se viam obrigados a destinar orçamentos para contratos de fornecimentos de têxteis e para a confecção contínua de materiais de fardamentos de curta duração ou desgaste precoce. Também pesava economicamente na bolsa individual do militar, já que, se os artigos de uniforme se degradassem ou se inutilizassem antes do tempo previsto, a sua reposição era feita a expensas do usuário. Por isso as tropas tendiam a poupar ao máximo os fardamentos, principalmente a nível do grande uniforme, realizando quase todos os serviços em pequeno uniforme ou no uniforme de faxina em brim. Ficava o grande uniforme remetido às solenidades ou às grandes formaturas cerimoniais, resumindo-se a ser usado poucas vezes durante o ano, acabando por criar uma imagem de mera fachada, pois era suposto que o conceito de grande uniforme, em termos gerais, acumulasse as funções cerimoniais e a possibilidade de ser usado em campanha como sucedia em outros exércitos. Tal não acontecia, tendo o soldado português exercido as suas funções, durante quase cinquenta anos, em jaqueta, barrete de caserna e calça de mescla ou de brim.

A paz interna e a não ingerência em conflitos externos nunca propiciou a aplicação real dos figurinos uniformológicos adoptados para Portugal ao longo da segunda metade do século XIX.

Outra grande problemática que rodeava o atribulado panorama dos figurinos militares portugueses, mas com raízes mais fundas no tempo, prendia-se com os próprios comportamentos individuais e colectivos dos militares e o seu posicionamento perante a sua instituição e a sociedade.

Verificamos que foram necessários numerosos decretos coercivos e abrangentes a todos os postos hierárquicos, obrigando a um maior uso do uniforme e ao seu correcto atavio. Pelo lado dos oficiais, era visível que estes, fora da unidade, se trajavam à civil, parecendo querer quebrar socialmente os seus elos com a instituição. Isto parece denotar falta de motivação, descontentamento pela sua situação e pressões externas de um provável estigma de desvalorização social, corrente contrária à de outros países, onde a instituição militar era altamente valorizada, o que nos leva a um ponto de reflexão sobre a aceitação do exército perante a sociedade civil portuguesa na segunda metade do século XIX.

Ao nível dos sargentos e praças, a questão da aparência poder-se-ia ligar a uma certa resistência passiva aos sistemas viciados de recrutamento, às lacunas na aplicação das normas de disciplina individual e colectiva, no que diz respeito aos hábitos de higiene, atavio e saúde, que deficientes sistemas uniformológicos não ajudavam a melhorar. A frequente má qualidade dos fardamentos protegia mal o soldado das inclemências do tempo e do terreno, para além das más confecções dos

uniformes, calçados e correames lhes transformarem o quotidiano em suplício, principalmente nos exercícios e nas manobras.

A Regeneração pretendeu pacificar o exército, dimensionando-o para uma missão de defesa nacional, mas não conseguiu erradicar alguns hábitos anteriores, permanecendo a instabilidade estrutural e de organização, situação que afectava a própria estrutura uniformológica, e criava toda a série de problemas que pudemos observar ao longo destes capítulos. A indefinição de objectivos específicos, o seguir das modas contra as especificidades e exigências das realidades do soldado português, a falta de controlo e selecção dos materiais, confecção e acabamentos dos fardamentos, as lacunas disciplinares e culturais existentes em muitos sectores do exército, as más condições de vida e económicas do militar, são alguns dos vectores que vão acompanhar a evolução do uniforme nesta época. Este panorama negativo foi amplamente tratado e denunciado por jovens oficiais, uns identificados e outros não, através de vários artigos publicados na Revista Militar e, sem dúvida, em outros tipos de publicação ou imprensa. Estes oficiais, afastados dos ministérios e de estados-maiores de salão, contactavam com a realidade próxima das casernas e condições de vida dos soldados, constatando a inadequação, o desconforto ou a má qualidade de muitos dos fardamentos fornecidos. Alguns chegariam a denunciar situações em que os praças, para poupar os seus uniformes (grande e pequeno) andavam pelas casernas em “*camisa e ceroulas*”, sendo de calcular a vulnerabilidade destes homens às doenças, à falta de salubridade, para além dos seus muito reduzidos hábitos de higiene pessoal.

Estas variadas situações não implicavam que os planos de uniformes fossem de aparência anacrónica. De facto, em 1856 e 1869 os figurinos adoptados estavam estatisticamente de acordo com as modas militares da época, apesar das constantes dificuldades apresentadas pelas reorganizações do exército.

Não pensamos que este panorama fosse exclusivo do Exército Português, pois outros exércitos, grandes ou pequenos, teriam com certeza sofrido destes tipos de problemas, em maior ou menor escala.

Glossário

Aba: Parte inferior de algumas peças de vestuário.

Acostelado: Termo antigo que significa *alarmar*.

Alamar: Cordão de vários materiais que guarnece pela frente uma peça de vestuário, de um lado ao outro da abotoadura.

Alheta: Correia de fixar a barretina ao queixo, constituída por escamas metálicas interligadas entre si.

Alvadio: Tecido de lã não tingido e cujas tonalidades variam entre os brancos acinzentados e amarelados.

Alvado: Orifício do ferro da lança onde entra a haste.

Anil: Corante têxtil azul-escuro, que se extrai dos caules e das folhas da planta com o mesmo nome.

Anspeçada: Antigo posto intermédio entre o cabo e o soldado; actualmente corresponde ao soldado arvorado.

Anta: Material proveniente da pele de tapir ou de búfalo.

Armão: Juego dianteiro das peças e viaturas de artilharia hipomóvel.

Arminho: pêlo de animal das regiões polares usado como ornamento.

Astrackham: Pêlo de cordeiro de raça *caracul* muito frisado, usado sobretudo nos *raglans*.

Atanado: Material tratado com cortiça especial, derivado da anta.

Attila: Túnica usada principalmente por hussardos, nomeadamente prussianos.

Azul Ferrete: Tom de azul escuro, muito aproximado ao azul Prússia e usado pelo Exército Português.

Azul Maria Luiza: Tom de azul aproximado ao azul marinho.

Bacalhau: Designação de abotoadura dupla mais larga na parte superior e mais estreita na parte inferior da peça de vestuário.

Baeta (ou baetilha): Tela de lã frouxa e de malha larga.

Bainha: Estojo de metal ou couro que resguarda a lâmina de uma arma branca; costura dobrada na extremidade de um tecido.

Baioneta: Lâmina de estoque que se fixa ao cano de uma arma ligeira.

Banda: Faixa ornamental, de tecidos nobres, que se usava à cintura ou a tiracolo.

Bandoleira: Cinturão cruzado sobre o ombro, onde se suspendia a cartucheira ou a baioneta.

Barregana: Tela de lã impermeável.

Barretina: Cobertura de cabeça, de formato que varia entre o cilíndrico e o troncónico, geralmente adornada com distintivos de várias naturezas, encordoados e com plumas ou pompons colocados no topo.

Bicórnio: Chapéu com as abas reviradas para cima em dois lados.

Bivaque: Barrete comprido e achatado, feito basicamente de duas metades de tecido rectangulares.

Boldrié: Correia de couro ou de anta, usada a tiracolo para suspender a espada ou a cartucheira.

Borla: Ornamento de passamanaria composto de um botão de onde pendem tufo de fios em forma de campânula.

Bornal: Saco em que os soldados levavam as suas provisões.

Brandenbours: Também designados *nós húngaros* ou *austriacos*, consistiam em encordoados com formatos de laços e nós de vários materiais, aplicados principalmente em uniformes militares a partir da segunda metade do século XIX.

Briche: Pano grosso de lã castanha, próxima à saragoça ou ao burel.

Brim: Tela de linho grosseira e de grande espessura.

Burel: Tecido grosseiro de lã.

Cabeção: Gola pendente e larga sobreposta ao capote, normalmente amovível.

Caçador: Tipo de infantaria ligeira que actuava independente da infantaria de linha.

Cadeia: O mesmo que grilhão.

Calote: Parte superior das coberturas da cabeça.

Canana: Cartucheira usada a tiracolo por oficiais e tropas montadas.

Canhão (de manga): Parte inferior da manga ou do punho.

Canotão: Mais grosso que o canutilho.

Canutilho: Fio de ouro, prata ou outros materiais, fino e enrolado em espiral. Usado nas charlateiras, dragonas ou para guarnecer peças de vestuário.

Carabina: Arma curta para uso da cavalaria, artilharia e caçadores.

Carcela: Tira de pano que se ajusta a uma das bandas do vestuário onde estão os botões, ou aplicação de tecido sobre uma superfície da mesma natureza.

Carranca: Peça de metal com representações zoomórficas e com uma anilha suspensa, por onde passavam os cordões ou as correias das barretinas e dos capacetes.

Casa: Abertura ou aplicação no vestuário aonde se podem prender botões ou colocar guarnições.

Casão (ou cazão): Alfaiataria, sapataria ou secção de vendas de uma unidade militar.

Casquette: Em alemão *Kaskett*, consistindo num boné ou barretina baixo (ou achatado) e geralmente com viseira. Pode corresponder aos bonés de caserna usados pelo Exército Português a partir do Plano de Uniformes de 1834.

Castanho pinhão: Tom de castanho médio semelhante ao do antigo pano de saragoça.

Charlateira: Dragona de metal dourado, sem franja, usada em uniformes militares.

Cimeira: Ornamento do cimo do capacete e que pode tomar várias formas.

Conto: Extremidade inferior da lança.

Copo: Guarda da mão na espada.

Correia: Tira de couro que fixa a cobertura de cabeça ao queixo.

Cós: Tira das calças que rodeia a cintura.

Cotim: Tecido de grande densidade e resistência, de trama cruzada e feito de vários materiais, como linho ou algodão.

Couraça: Peça de protecção do tronco, geralmente metálica, que se unia em duas metades, peito e costas. Deu origem ao termo couraceiros (*cuirassiers*), que definem corpos de cavalaria pesada entre os séculos XVII e XIX. Em Portugal não existe tradição do uso deste tipo de cavalaria.

Crina: Pêlo de alguns animais que se usava na confecção de penachos para barretinas.

Debrum: Fita com que se garante a borda de um tecido; orla ou bainha.

Demi-Kaftan: Termo centro-europeu que significa túnica curta.

Divisas: Distintivos em vários materiais, que indicam os postos hierárquicos nas classes de sargentos e praças.

Dolman: Casaco curto e justo, geralmente adornado com alamares e nós húngaros.

Dragona: Pala ou galão, de lã ou metal dourado com franjas, usado em uniformes militares.

Espiguiha: Renda ou galão estreito com bicos.

Esteirinha: Designação de um tipo de galão cuja confecção se assemelha a uma esteira.

Facultativo: O mesmo que médico.

Farda: Designada também de casaca de abas. Peça de vestuário militar com abas, que variando de tamanho, não chegam à frente.

Feldkappe: Boné de caserna ou campanha usado pelos exércitos alemão e austríaco.

Feltro: Lã não tecida, usada geralmente em coberturas de cabeça.

Fiador: Correia que liga a espada ou o revólver à mão.

Florete: Arma branca, ligeira, que consiste numa lâmina prismática de metal e com um punho terminado por um botão em forma de flor.

Francalete: Correia com fivela para segurar o barrete, o equipamento, os arreios, etc.

Fundilho: Parte das calças correspondente ao assento.

Fuzilhão: Espigão da fivela que prende a presilha.

Galão: Distintivo que indica o posto hierárquico na classe de oficiais. Pode ser de diversos materiais.

Garance: Tecido de cor vermelha, usado pelo exército francês.

Gorgorão: Tecido encorpado de seda, algodão ou lã.

Gorjeira (gola): Peça metálica semi-circular (sécs. XVIII-XIX) que suspendia do pescoço e indicava o portador como estando em escala de serviço.

Gravata: Pequena área de tecido, com formato de manto, fita ou laço, que se usa à volta do pescoço com vários tipos de nós. Pode ser sinónimo do termo *pescocinho*, acessório usado nos uniformes militares portugueses entre o século XVIII e a Guerra Peninsular. De notar que alguns modelos de pescocinho podiam ser em couro, para melhor proteger o pescoço de golpes e garroteios.

Grilhão: Correia de fixar o capacete ao queixo em forma de corrente de elos circulares; o mesmo que cadeia.

Hussardo: Tipo de cavalaria ligeira que teve as suas origens em etnias da Europa Central.

Ilhó: Orifício por onde passa um atacador, uma fita, um cordão, etc.; também define o aro de metal com que se debrua o ilhó.

Indigo: O mesmo que *anil*.

Jaleco: Casaco curto ou jaqueta.

Jaqueta: Casaco de homem que só chega à cintura; jaleco.

Jaquetão: Jaqueta larga que chega até abaixo da cintura; jaqueta-dolman.

Képi (ou quépi): Boné ou barretina de origem francesa, com casco troncónico rebaixado para a frente e com viseira horizontal.

Khaki: Tecido de uso militar com tonalidades terrosas (do acastanhado ao cor de areia).

Kiwer: Barretina com tampo ondeado de origem prussiana e russa.

Laurel: Ornato de vários materiais com a forma de uma coroa de louros.

Liga: Fita elástica.

Macarrões: Sinónimo das platinas de cordão entrançado.

Maria Luíza: Caracteriza um tom de azul aproximado ao azul acinzentado.

Mescla: Tecido grosso e resistente, cuja trama se efectuava com o cruzamento de vários materiais ou de cores diferentes.

Mosquete: Arma de fogo, portátil, de ignição por pederneira (séc. XVIII) e posteriormente por percussão (a partir de 1830).

Nós húngaros (ou austríacos): O mesmo que *Brandenbourgs*.

Oliva: Peça de suporte do penacho da barretina.

Orleão: Tecido lustroso, cujo uso militar se confinava a forros e ornamentos.

Pala: Acessório da bainha de espada, terçado ou baioneta, que consiste numa peça de couro suspensa do cinturão e por onde passa a dita bainha.

Paletot: Galicismo que define um casaco curto; paletó.

Paroli: Rectângulos de tecido colorido aonde se aplicavam insígnias ou emblemas e que serviam para distinguir os regimentos no exército austríaco.

Passador: Tira de couro que se coloca no cinto ou no correame para segurar as pontas à saída da fivela.

Patrona: Espécie de cartucheira, geralmente suspensa por boldrié.

Peitilho: Plastrão ou peça de pano que se coloca sobre o peito para simular ou suprir o peito do casaco.

Pelica: Pele fina de carneiro ou cabrito para luvas e calçado.

Peliça: Jaqueta típica dos hussardos geralmente suspensa do ombro e que era mais decorativa do que funcional; artigo de abafo dos uniformes dos oficiais do exército com alamares de seda preta e guarnições de *astrackam*.

Penacho: Conjunto de penas ou outros materiais que constitui um tufo e que pode tomar várias formas.

Pescocinho: O mesmo que *gravata*.

Pestana: Tira de tecido que cobre a entrada de bolsos, algibeiras ou feitos no vestuário.

Pickelhaube: Capacete de origem prussiana, caracterizado por ter uma cimeira em pico.

Pico: Cimeira de capacete em forma de pico.

Plastrão: Peça de tecido ou metal que se usava sobre a casaca, jaqueta ou casaco.

Platina: Presilha de tecido aplicada no vestuário, onde os militares passam o correame ou seguram as divisas e galões.

Polaina: Peça de vestuário que resguarda a perna e a parte superior do calçado.

Praça de pret: Antiga definição da classe de praças.

Raglan: Tipo de casaco divulgado por Lord Raglan (Guerra da Crimeia) e que se caracterizava pelo seu tipo de mangas, prendendo ao tronco por uma costura diagonal do sôvaco à gola.

Rebuço: Parte de capa ou capote com que se oculta o rosto; nos bonés ou nas suas capas corresponde ao cobre-nuca.

Quépi: O mesmo que *képi*.

Raquete: Adornos feitos com cordão de lã ou seda, a terminar em formato de borlas achatadas e que se usavam em determinados tipos de barretina.

Redingote: Casaco largo e comprido; o mesmo que sobrecasaca.

Retrós: Fio de seda torcido.

Sabre: Espada curva de um só fio, normalmente associada à cavalaria ligeira como os hussardos.

Sabretache (pasta): Pasta usada por oficiais montados, de configuração achatada e que se suspendia do cinto com correias compridas, sobre a espada.

Saragoça: Tecido grosso de lã, fabricado primitivamente na cidade espanhola de Saragoça; tecido castanho semelhante ao burel.

Sarja: Tecido de linho ou algodão, cuja trama forma linhas diagonais.

Serafina: Tecido de lã próprio para forros.

Schapska: Cobertura de cabeça com viseira, sendo o topo quadrado e afunilando para baixo e para o centro. De origem polaca, esta barretina foi a marca distintiva dos regimentos de lanceiros em todo o mundo, incluindo as unidades do Exército Português.

Silva (ou silvado): Galão bordado com motivo vegetalista.

Sobrecasaca: Casaco comprido, abotoado até à cinta, com abas em toda a roda.

Tachinho: Designação do boné ou barrete de caserna cilíndrico.

Talabarte: Cinturão; boldrié. Tira de cabedal com fivela que, passando por um ombro e cruzando o tórax em diagonal, suspende o cinturão.

Tartan: Tecido com padrões geométricos que representam as famílias nobres escocesas.

Telim (talim): O mesmo que cinturão ou boldrié.

Terçado: Espada curta.

Tope: Parte superior do penacho.

Torçal: Cordão de fios de retrós.

Trancelim: Trança estreita de fios de ouro ou de seda para guarnições.

Tulipa: Suporte metálico do penacho.

Túnica: Casaco solto e comprido.

Ulanka: Túnica de hussardo.

Vassourinha: Tipo de penacho pendente com o rebordo recortado em forma de vassoura.

Virola: Anel semi-circular de metal que servia para reforçar as palas ou viseiras de barretinas e bonés.

Vivo: Tira de tecido que forma o debrum em peças de vestuário.

Xabraque: Tipo de xairol com que se cobriam as ancas do cavalo e os coldres da sela.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Ferreira S. - *Revista Militar*. Lisboa. Tomo XLVII (1895), p. 241-242.

ARAGÃO, A. C. Teixeira de - *Revista Militar*. Lisboa. Tomo XXXVIII (1886), p. 548-551.

ARNOLD, James R. - *Chickamauga: 1863*. London: Osprey Publishing, 1992.

A Artilharia em Portugal. Síntese Histórica da Artilharia Potuguesa. Porto: Museu Militar do Porto, 1982. Catálogo da Exposição Comemorativa do VI Centenário da Artilharia no Museu Militar do Porto.

AYRES, Cristovam - *História da Cavallaria Portuguesa*. Lisboa: s/ed., 1889.

BARTHORP, Michael - *Heroes of the Crimea. The battles of Balaclava and Inkerman*. London: Blandford, 1991.

- *The Old Contemptibles*. London: Osprey Publishing, 1989.

- *The Zulu War: a pictorial history*. London: Osprey Publishing, 1991.

BEBIANO, Rui - *Organização e papel do Exército*. In MATTOSO, José - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. vol. 5, p. 260-261.

BELL, Quentin - *Mode et société: essai sur la sociologie du vêtement*. Paris: P.U.F., 1992.

BENTES, J.A. - *Revista Militar*. Lisboa: Typographia Universal. Tomo XX (1868), p. 462.

BODIN, Lynn E.; WARNER, Chris - *The Boxer Rebellion*. London: Osprey Publishing, 1994.

Boletim da Liga dos amigos do Museu Militar do Porto Porto: Edição da Imprensa Portuguesa. 1988, nº 2.

Boletim da Sociedade Portuguesa de Armas Antigas. Lisboa. 1997, vol. I, nº 1.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *História da Guerra Civil da Patuleia: 1846-47*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

BRITO, Pedro de - *Boletim da Liga dos amigos do Museu Militar do Porto*. Porto: Edição da Imprensa Portuguesa. 2 (1988), p. 18-19.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de - *Diccionario bibliográfico militar portuguez*. Lisboa: s/ed., 1891.

CASTLE, Ian - *Aspern and Wagram: 1809*. London: Osprey Publishing, 1994.

CHALFONT, Alun [et al.] - *Battledress. The uniforms of the world's great armies: 1700 to the present*. London: Artus Books, 1993.

CHANDLER, David G. - *Austerlitz: 1805*. London: Osprey Publishing, 1990.

- *Jena: 1806*. London: Osprey Publishing, 1993.

COELHO, Adelino Rodrigues - *A reorganização do Exército de 1884, obra de Fontes Pereira de Melo*. Lisboa: Edição da Revista Militar, 1988.

Collecção systematica das Ordens do Exercito entre 1809-1859. Lisboa: s/ed., 1860.

Costume: London Museum Catalogues nº5. St. James: Ed. Lancaster House, 1936.

Crónica Constitucional do Porto, 1832- 1833.

CUTILEIRO, Alberto - *O uniforme militar na Armada*. Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1983.

- DELPÉRIER, Louis - *Les officiers d'infanterie: 1845-1914*. Tradition Magazine. Paris: Editions A & C Collections. 3 (1983) p. 29.
- DREYFUS, F.-G. [et al.] - *História Geral da Europa*. Lisboa: Edições Europa-América, 1980.
- ELLIOT-WRIGHT, Philip - *Gravelotte-St. Privat: 1870*. London: Osprey Publishing, 1993.
- Exposição Histórico-Militar (em homenagem a Mouzinho de Albuquerque no 1º Centenário do seu nascimento). Porto: Câmara Municipal do Porto, 1957.
- FEATHERSTONE, Donald - *Khartoum: 1885*. London: Osprey Publishing, 1991.
- *Tel El- Kebir: 1882*. London: Osprey Publishing, 1993.
- Figurines. Paris: Editions Histoire & Collections. 1994-1998.
- FOSTEN, Bryan; KATCHER, Philip - *U.S. Infantry Equipments: 1775-1910*. London: Osprey Publishing, 1989.
- FUNCKEN, Liliane; FUNCKEN, Fred - *Le costume et les armes des soldats de tous les temps*. Paris: Casterman, 1967.
- Gazette des Uniformes. Paris: Editions Société Regi'Arm 13. 1992-1994.
- GIÃO, José Francisco Xavier d'Oliveira - Revista Militar. Lisboa: Typographia do Centro Commercial. Tomo VII (1855), p. 306-307.
- GORSLINE, Douglas - *A History of Fashion. A Visual Survey of Costume from Ancient Times*. London: Fitzhouse Books, 1991.
- GOUVEIA, João Filipe de - Revista Militar. Lisboa: Typographia do Centro Commercial. Tomo VIII (1855), p. 91-92.
- HANKINSON, Alan - *Vicksburg: 1863*. London: Osprey Publishing, 1993.
- HAYTHORNTHWAIT, Philip - *Gallipoli: 1915*. London: Osprey Publishing, 1991.
- HAYTHORNTHWAIT, Philip; FOSTEN, Brian - *Napoleon's Grand Cavalry*. London: Osprey Publishing, 1983.
- *Napoleon's Line Infantry*. London: Osprey Publishing, 1992.
- HAYTHORNTHWAIT, Philip; HOOK, Richard - *British Cavalryman: 1792-1815*. London: Osprey Publishing, 1994.
- HESPANHA, António Manuel - *Poder e instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.
- Historia de las Fuerzas Armadas. Saragoça: Ediciones Palafox, 1983. vol. I, p. 204-211.
- Historia General de las Civilizaciones: el Siglo XIX. Barcelona: Ediciones Destino, 1983.
- HOWARD, Michael - *A guerra na História da Europa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- Ilustração Portuguesa. Lisboa. 1917-1918.
- JANOWITZ, Morris; LITTLE, Roger W. - *Sociology and the military establishment*. London: Sage Publications, 1974.
- Jornal do Exército. edição do CEGRAF. 1980 a 1997.
- KNIGHT, Ian - *Colenso: 1899*. London: Osprey Publishing, 1995.
- LAVER, James - *British Military Uniforms*. London: Penguin Books, 1948.
- LERMONT, Rodrigo Maria da Maia - Revista Militar. Lisboa: Typographia Universal. Tomo XII (1860), p. 744.
- MACEDO, António Teixeira de - *Traços de História Contemporânea: 1846- 1847*. Lisboa: Edições Rolim, s/d.
- MADUREIRA, Nuno Luís - *Lisboa, Luxo e distinção: 1750-1830*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990.
- MAIA, Fernando da Costa - *Subsídios para a história militar de Portugal*. Lisboa, 1891.
- MARLY, Diana de - *Fashion for Men: an illustrated history*. London: B. T. Batsford Books, 1986.

- MARQUES, A.H. de Oliveira - *Figurinos Maçónicos Oitocentistas: um "guia" de 1841-1842*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- MARQUES, Fernando Pereira - *Exército e Sociedade em Portugal. No declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
- *Um Golpe de Estado: contributo para o Estudo da Questão Militar no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989.
- MARTINS, Ferreira - *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1945.
- MATTOSO, José - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- MOLLO, John - *The American Civil War and After: 1860-1914*. In *Battledress. The Uniforms of the world's great armies: 1700 to the present*. London: Artus Books, 1993, p. 189.
- MOLLO, John - *Trois siècles d'uniformes militaires*. Fribourg: Office du Livre, 1972.
- NICHOLSON, J.B.R. - *Uniformes Militaires*. Paris: Grange Batelière, 1973.
- Ordens do Exército e Ordens do Dia. 1806-1900.
- OWEN, Hugh - *O Cerco do Porto*. Lisboa: A Regra do Jogo, s/d.
- A Patuleia: 1846-1847. Comemorações dos 150 anos da Guerra Civil. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1996.
- PIMENTEL, Luiz Augusto - Revista Militar. Lisboa: Typographia Universal. Tomo XII (1860), p. 592.
- PIMENTEL, Pedro - Revista Militar. Lisboa: Typographia Universal. Tomo XXX (1878), p. 447.
- PINHEIRO, Vaza - *Os sargentos na História de Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, s/d.
- PINTO, A.F. de Sousa - Revista Militar. Lisboa: Typographia Universal. Tomo XIX (1867), p. 439-440.
- PIRES, Satúrio - *Uniformes dos Corpos de Caçadores do Exército Português*. Lisboa: Biblioteca do Exército, 1935.
- Policopiado.
- QUEIRÓS, Francisco Fortunato - *D. Pedro V e os negócios militares*. Porto: FLUP, 1973.
- RACINET, Albert. *Enciclopédia Histórica do Traje*. Lisboa: Editora Replicação, s/d.
- Revista Militar. Lisboa. 1849-1906.
- Revista de Infantaria. Lisboa. 1898-1906.
- A Revolução de 31 de Janeiro de 1891. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1991.
- ROBICHEZ, Jacques - *XIX siècle français: le siècle romantique*. Lausanne: La Guilde du Livre, 1962.
- ROCHE, Daniel - *La culture des apparences. Une histoire du vêtement: XVII - XVIII siècle*. Paris: Librairie Anthème Fayard, 1989.
- RODRIGUES, David, A. - Revista de Infantaria., Porto: Typographia de José da Silva Mendonça. 2 (1899), p. 27-30.
- RUBIM, Nuno Varela - Artilharia Histórica Portuguesa fabricada em Portugal. Lisboa: Museu Militar de Lisboa, 1985, p. 40-42.
- RUPPERT, Jacques [et al.] - *Le Costume Français*. Paris: Flammarion, 1996.
- SALGADO - Revista Militar. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo IV (1853), p. 177.
- SARMENTO, Moraes - Revista Militar. Lisboa. Tomo LVI (1906), p. 706.; Tomo LVIII, (1906), p. 706.
- SCHNEIDER, Fernand - *Histoire des doctrines militaires*. Paris: P.U.F., 1964.
- SCHNERB, Robert - *El Siglo XIX: Apogeo de la expansion europea*. 6ª ed. Barcelona: Editorial Destino, 1983, p. 213-235.

- SHANN, Stephen; DELPERIER, Louis - *French Army. Franco-Prussian War: Imperial Troops*. London: Osprey Publishing, 1991.
- SHANN, Stephen [et al.] - *French Army. Franco-Prussian War: Republican Troops*. London: Osprey Publishing, 1991.
- SOARES, F.A. Celestino - Revista Militar. Lisboa: Typographia Universal. Tomo XVI, 1864, p. 565-566; Tomo XVII, 1865, p. 493-494.
- SOUZA, Celestino de - Revista Militar. Lisboa. Tomo XXXVIII (1886), p. 417-418; p. 420-421.
- SOUSA, Manoel Paulo de - Revista Militar. Lisboa. Tomo X (1858) p. 228-229.
- SWEETMAN, John - *Balaclava: 1854*. London: Osprey Publishing, 1990.
- TAVARES, Pedro - Revista Militar. Lisboa: Typographia Universal. Tomo XXX (1878), p. 623-624; p. 628; p. 632; p. 634.
- TELO, António José - *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- TORRES, Adelino - *Sociologia e teorias sociológicas*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983.
- Tradition Magazine. Paris: Editions Histoire & Collections. 1990-1994.
- Traje Império e a sua época: 1792 - 1826. Lisboa: Museu Nacional do traje, 1992.
- TRANSFELDT, Walter; BRAND, Karl Hermann Frhr. Von - *Wort und Brauch im deutschen Heer*. Hamburg: Ed. Helmut Gerhard Schulz, 1967.
- Les Uniformes. Paris: Editions Argout. (Set. 1981) - (Dez. 1985).
- VIANNA, Cunha - Revista Militar. Lisboa. Tomo XIV (1862), p. 67.
- The Visual Dictionary of Military Uniforms (Eyewitness visual dictionaries)*. London: Dorling Kindersley Books, 1992.
- WOOTEN, Geoffrey - *Waterloo: 1815*. London: Osprey Publishing, 1991.